

Público



Pós-pandemia
O preço
a pagar é
sermos mais
vigiados?

P2



Slavoj Žižek
Ensaio exclusivo
sobre o que se segue
à crise da covid-19
P2
Parlamento
Bloco Central resolveu
60% das últimas
votações
Política, 20

Ensino à distância excluiu quase metade dos alunos do 1.º ciclo

Inquérito da Católica para PÚBLICO e RTP mostra que um terço dos portugueses perdeu rendimentos com a pandemia • Governo lança programa para levar computadores e Internet a todos os alunos • Estado paga até 13 mil euros por cada doente que transfira para privados • Autarcas exigem acesso diário a dados locais
Destaque, 2 a 15 e Editorial • Acompanhe em publico.pt/coronavirus



Igrejas vazias nesta
Páscoa, mas com a Internet
a olhar para elas

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Ensino à distância excluiu 45% dos alunos do 1.º ciclo

Impedidos de ir à escola desde o dia 16 de Março, 45% dos alunos do 1.º ciclo não iniciaram ensino à distância durante as duas últimas semanas do segundo período, segundo um inquérito da Universidade Católica. No pré-escolar, foram 72%

Natália Faria

Prerto de metade dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico não tinham iniciado qualquer processo de ensino à distância até aos dias 6 a 9 de Abril, segundo os resultados de um inquérito feito pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (Cesop) da Universidade Católica Portuguesa com o apoio do PÚBLICO e da RTP. À pergunta “A escola do seu filho iniciou já um processo de ensino à distância?”, apenas 55% dos pais com crianças a frequentar o 1.º ciclo do básico responderam que sim.

Os restantes 45% dos alunos com idades entre os 6 e os 10 anos parecem ter ficado assim fora de qualquer tipo de ensino formal, desde que, no dia 16 de Março, todas as escolas fecharam portas, no âmbito da declaração do estado de alerta face à pandemia do novo coronavírus. Neste caso, pelo menos, parece ter caído em saco roto o aviso que o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, fizera questão de lançar, a 13 de Março, quando disse que, apesar de encerradas as escolas, “ninguém está de férias”, isto é, o trabalho lectivo iria prosseguir.

“Muitas escolas devem ter ficado elas próprias à espera de saber o que poderiam fazer e como. Mais ainda durante estas duas semanas em que ainda não se sabia se voltaria ou não a haver aulas presenciais neste ano lectivo”, admite João António, investigador do Cesop e coordenador des-

te inquérito que, a partir de uma amostra de 1700 inquiridos, representativa da população portuguesa, procura analisar o impacto da actual crise sanitária na vida das pessoas, nomeadamente face ao trabalho (quase 24% dos trabalhadores está em teletrabalho) e o rendimento, cujas perdas se fazem sentir sobretudo entre quem ganha menos de mil euros mensais (ver texto na pág. 4).

Ainda no que concerne à educação, o facto de 45% dos alunos do 1.º ciclo terem atravessado as duas últimas semanas do 2.º período sem qualquer ligação à escola poderá explicar-se pela ausência de recursos digitais em casa, segundo o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima. Aliás, a propósito desta

experiência, e com base em dados do Instituto Nacional de Estatística, os economistas Hugo Reis e Pedro Freitas lembraram recentemente que, só no básico, poderão existir 50 mil alunos sem acesso à Internet em casa. Por outro lado, Filinto Lima lembra que, embora em menor grau, também “há professores que não têm em casa os recursos necessários” para esta modalidade de ensino, sem descartar a possibilidade de poder haver “algum desleixo” por parte dos pais, porquanto lhe chegaram queixas dos professores que alegam que não estão a conseguir contactar os alunos, mesmo insistindo com os pais.

Se estes casos persistirem, Filinto Lima garante que serão accionados “os mecanismos legais existentes” que passam pela notificação às comis-

sões de protecção de jovens. “Vamos estar atentos para que não haja alunos que fiquem perdidos”, declarou o representante dos directores das escolas.

Ter computador próprio

No 3.º período, Filinto Lima diz-se convencido de que a situação vai melhorar, até porque há muitas autarquias que têm estado a oferecer *tablets* e computadores aos estudantes mais carenciados.

Do mesmo modo, o investigador João António considera que não se pode retirar destas percentagens qualquer conclusão quanto à exequibilidade do ensino à distância. “Vai haver agora um universo muito mais alargado de alunos com processo de ensino à distância, agora que as coisas foram definidas”, perspectiva, referindo-se ao anúncio feito na quinta-feira pelo primeiro-ministro, dando conta da decisão de manter o ensino à distância para os alunos do básico durante todo o 3.º período, que arranca na terça-feira, 14 de Abril. A partir do dia 20, o trabalho dos professores do 1.º ao 9.º ano será complementado pela televisão. Entre as 9h e as 17h50, a RTP Memória transmitirá conteúdos organizados para diferentes anos lectivos.

De resto, descontando o 1.º ciclo do ensino básico e o pré-escolar (aqui foram 72% os pais que também responderam que a escola não tinha iniciado qualquer processo de ensino à distância), nos restantes níveis de ensino as escolas parecem não ter precisado de muito tempo para se

Situação perante o emprego

Dos inquiridos que se encontravam a trabalhar antes da crise sanitária

35,5%

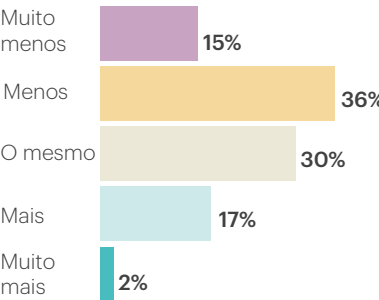
Trabalho no mesmo local

1/3 continua a trabalhar no mesmo local...

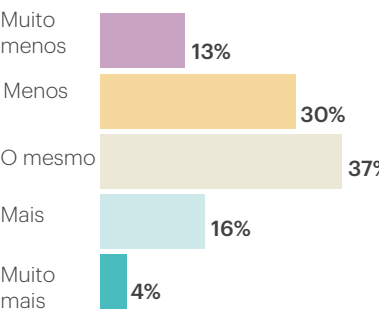
EXPERIÊNCIA DE TELETRABALHO NÍVEL DE PRODUÇÃO

Quase metade das pessoas em teletrabalho está a produzir menos do que produzia antes...

COM FILHOS



SEM FILHOS



Fonte: CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da



MANUEL ROBERTO

Segundo 11% dos pais, não houve comunicação escola/alunos



Há professores que não têm em casa os recursos necessários para o ensino à distância

Filinto Lima
Director de escola

articularem com os alunos com recurso às ferramentas informáticas. Entre os pais com alunos a frequentar o 2.º ciclo (5.º e 6.º anos), 78% declararam que a escola já tinha posto o ensino à distância a funcionar. No 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos) e no secundário (do 10.º ao 12.º anos), a percentagem desce ligeiramente para os 68% e 69%, respectivamente. No ensino superior, dispara para os 90%.

A disparidade etária e, consequentemente, no acesso a equipamentos electrónicos pode, por outro lado, ajudar a explicar a maior ou menor fluidez do ensino à distância nos diferentes níveis de ensino. Se tomarmos como amostra as respostas dos 1700 inquiridos, 100% dos jovens a frequentar a universidade ou politécnico têm *smartphone* e 97% computador próprio. No secundário, descem para 74% os alunos com computador próprio, ao mesmo tempo que 94% têm *smartphone*. Já entre os alunos do 1.º ciclo apenas 34% têm um computador próprio. Quanto ao telemóvel, a proporção desce para os 19%.

11% sem diálogo com a escola
A comunicação entre a escola e os alunos não motiva grandes razões de queixa para a maioria dos inquiridos. Mais de metade dos pais (59%) considera que a escola tem comunicado “bem ou muito bem”, contra os 25% que adjectivam a comunicação como “razoável”.

Há, porém, uns preocupantes 11% que dão conta da inexistência de qualquer tipo de comunicação dirigida pela escola aos alunos. E, por outro lado, uns minoritários 5% dos pais qualificam como “mau” ou “muito mau” o diálogo da escola com os seus filhos. Quando a pergunta procura avaliar a fluidez comunicativa da escola com os pais, 38% declararam que o diálogo corre bem e 21% muito bem. Mas também aqui 12% dos pais acusam a escola de não comunicar com eles.

Entre os inquiridos, há 36 pessoas com 18 ou mais anos que estão a estudar. Questionadas sobre as condições de que dispõem para a aprendizagem à distância, 73% declararam que o rendimento escolar está a ser menor, o que tanto atribuem ao ruído e às interrupções em casa como à falta de apoio da escola. **com Clara Viana**

nfaria@publico.pt
cviana@publico.pt

Desigualdade no acesso à Internet vai acabar, diz Costa

Clara Viana

Ligar a Internet nos computadores que ainda existem nas salas de aula pode demorar trinta minutos ou mais. E tanto professores como alunos sabem à partida que estará depois sempre a ir abaixo. Esta realidade é recordada pelo presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima, a propósito do compromisso assumido pelo primeiro-ministro de, no próximo ano lectivo, aconteça o que acontecer, ter “assegurada a universalidade do acesso às plataformas digitais para todos os alunos do ensino básico e secundário”.

“Não é só nas casas dos alunos que este plano é necessário, mas também nas escolas que não podem ser esquecidas: os equipamentos de que dispomos estão obsoletos (a maior parte tem mais de 10 anos) e precisamos de uma rede Wi-Fi que exista realmente, em vez de uma que esteja sempre a cair”, avisa Filinto Lima. Feito o alerta, mostra-se optimista quanto à possibilidade de as coisas mudarem mesmo desta vez, o que não aconteceu na época do programa Magalhães.

A nova revolução digital foi prometida por António Costa na quinta-feira quando anunciou que o 3.º período basicamente continuará a ser feito em casa. E reafirmada ontem num entrevista à Lusa, onde garantiu que aquilo que se visa agora vai muito além do que foi feito nos governos de José Sócrates com o “seu” portátil Magalhães. O que não impediu já vários *media* de baptizarem o novo programa como “Magalhães 2.0”.

“É muito mais do que ter um computador ou um *tablet*. É ter isso e possuir acesso garantido à rede em condições de igualdade em todo o território nacional e em todos os contextos familiares, assim como as ferramentas pedagógicas adequadas”, disse. Trata-se de inverter uma situação que tem, por exemplo, esta expressão: só no ensino básico existirão 50.000 alunos que não têm acesso à Internet

em casa. Costa não falou sobre o investimento que este plano representará. Mas mostrou-se confiante na capacidade de o levar por diante. Referindo-se à experiência de ensino à distância que, devido à actual pandemia, precedeu as férias da Páscoa, considerou que “a necessidade aguçou o engenho”. “Em duas semanas avançou-se mais na literacia digital do que seguramente se teria avançado em muitos anos de uma acção programada.” Agora trata-se de aproveitar: “As desigualdades são muito mais persistentes do que aquilo que muitas vezes se pensa (...) o que temos de superar é essa desigualdade.”

O que nunca aconteceu com o chamado programa *e-escolinha* lançado em 2008 para promover a distribuição de 500 mil portáteis aos alunos do 1.º ciclo. Praticamente cada estudante ficou com um computador Magalhães, que podia levar para casa.

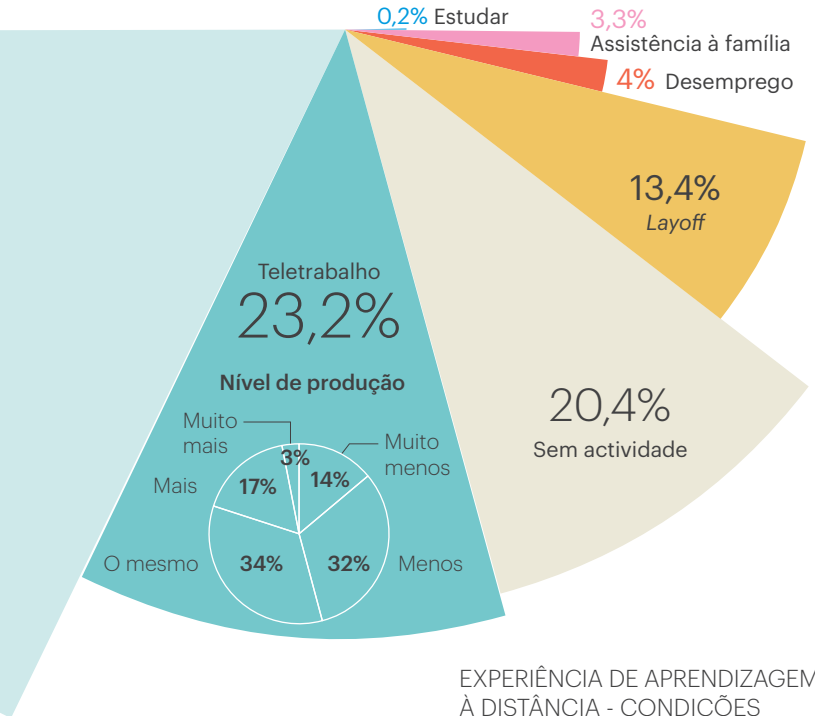


O programa Magalhães custou 273 milhões de euros ao Estado e foi alvo de críticas. Acabou em 2011

Só que na altura só 46% dos agregados familiares dispunham de ligação à Internet. No ano passado esta percentagem tinha subido para 81%, ainda longe dos 90% de média na UE.

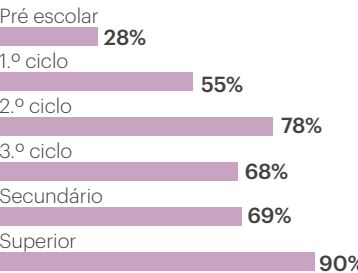
“Nunca correu bem”, diz Filinto Lima, lembrando que os “Magalhães” praticamente nunca foram utilizados em sala de aula. Um estudo de 2014 da Universidade Portucalense deu conta que 89,1% dos professores e 86% dos estudantes nunca ou raramente recorriam ao computador nas aulas. Mas também reconhece que os alunos “foram descobrindo novas competências” apesar “de forma autónoma e intuitiva”. Este programa, que terá custado ao Estado 273 milhões de euros, passou à história com o Governo de Passos Coelho em 2011.

cviana@publico.pt

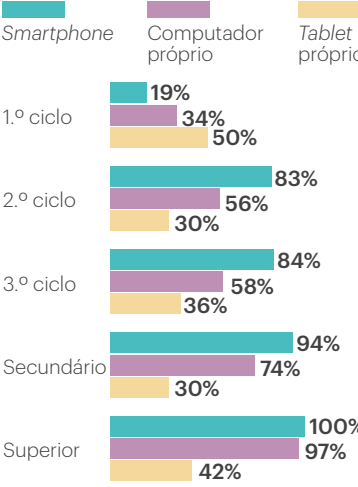


EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM À DISTÂNCIA - CONDIÇÕES

A escola do seu filho iniciou já um processo de ensino à distância?*



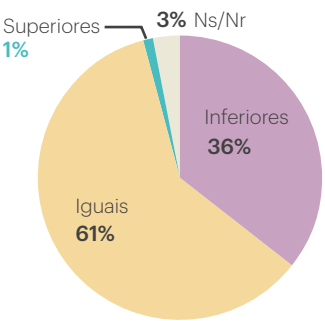
Equipamentos informáticos que tem em casa para ensino à distância



% de inquiridos com filhos em idade escolar, que responderam sim*

NÍVEIS DE RENDIMENTO

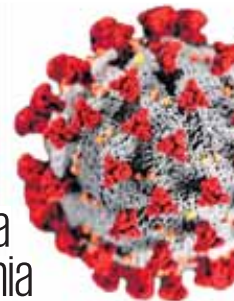
36% dos inquiridos sofreram perda de rendimento



Este inquérito foi realizado pelo Cesop-Universidade Católica Portuguesa para a RTP, PÚBLICO e parceiros e patrocinadores da universidade, entre os dias 6 e 9 de Abril de 2020. O universo alvo é composto pelos indivíduos com 18 ou mais anos residentes em Portugal. Os inquiridos foram seleccionados aleatoriamente a partir duma lista de números de telemóvel e telefone fixo, também ela gerada de forma aleatória. Todas as entrevistas foram efectuadas por telefone e os inquiridos foram informados do objectivo do estudo e demonstraram vontade de participar. Foram obtidos 1700 inquéritos válidos, sendo 57% dos inquiridos mulheres, 34% da região norte, 20% do centro, 33% da A.M. de Lisboa, 7% do Alentejo, 3% do Algarve, 2% da Madeira e 2% dos Açores. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição da população residente por sexo, escalões etários, grau de escolaridade e região com base nas estimativas do INE. A taxa de resposta foi de 49%. A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 1700 inquiridos é de 2,4%, com um nível de confiança de 95%.

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da
pandemia

Crise já fez baixar rendimentos de 36% dos trabalhadores

Natália Faria

Os trabalhadores com salários até mil euros por mês foram os mais afectados pela perda de rendimentos provocada pela covid-19. Um inquérito feito pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP) da Universidade Católica sugere que 36% dos portugueses viram diminuídos os seus rendimentos do trabalho. Percebe-se: confinados em casa e com as escolas fechadas, 3% dos trabalhadores recorreram à assistência à família, por terem filhos até aos 12 anos de idade, tendo visto o salário reduzido em 66%, do mesmo modo que 13% foram para *layoff* e 4% ficaram desempregados.

A crise sentiu-se mais na carteira dos que ganham menos: 43% dos que tinham salários até mil euros perderam rendimento. Entre os que recebiam entre mil e 2500 euros, foram 33% os que perderam dinheiro e, acima disso, apenas 24% foram penalizados. O inquérito Covid-19 e Portugueses feito para o PÚBLICO e RTP mostra ainda que 23,2% dos portugueses estão em teletrabalho desde que o país foi posto em quarentena.

Entre os que passaram a trabalhar a partir de casa, 46% declaram estar a produzir menos ou muito menos do que antes. O inquérito, composto por uma amostra de 1700 pessoas, não ajuda a perceber se esta quebra na produtividade ocorreu porque as empresas estão a pedir-lhes menos trabalho ou se decorre do incontornável rearranjo quotidiano imposto pela crise sanitária. Mas, aparentemente, é seguro dizer-se que a existência de filhos não é alheia a esta quebra: 51% dos teletrabalhadores com crianças sob o mesmo tecto declaram estar a produzir menos ou muito menos, contra os 43% dos que, não tendo filhos, acusaram a mesma quebra. No reverso desta moeda, há 20% que declaram estar a produzir mais ou muito mais. A fatia dos que continuaram a deslocar-se diaria-

mente para o seu local de trabalho é, ainda assim, maior: 35,5%.

A vida em quarentena não está imune às tradicionais divisões de género. Há mais homens do que mulheres a manter as mesmas funções profissionais e nos mesmos locais, sendo mais expressiva a percentagem de mulheres que recorreram à assistência à família, ao teletrabalho ou ficaram em situação de *layoff*. “Isto poderá ter que ver com a estrutura das profissões por sexo, isto é, com um conjunto maior de profissões desempenhadas maioritariamente por homens que ainda continuam a funcionar normalmente”, admite João António, do CESOP e um dos responsáveis por este inquérito.

Com uma larga maioria dos inquiridos a declarar dispor de condições “boas ou muito boas” para o teletrabalho (o que tem tradução quer no apoio das empresas quer no conforto, incluindo ausência de ruído e de interrupções), há neste inquérito um dado que surpreende: a compatibilização entre o trabalho e a família está a correr “bem ou muito bem” para a maior parte das pessoas: 77%, no total. Apenas 2% responderam “mal” à pergunta sobre como está a decorrer a compatibilização.

E também aqui os filhos ajudam a complicar o cenário: entre os que não os têm, são 81% os que consideram fácil a conciliação. Já entre os que repartem o dia entre o trabalho pago, a preparação das refeições, a limpeza da casa e o apoio aos filhos a percentagem desce para 70%. Ainda assim é inusitadamente alta. “Perceberemos quando separarmos os dados por faixa etária dos filhos: uma coisa é ter um adolescente de 16 anos e outra duas crianças de dois e quatro anos”, ressalva João António. Ao olhar para os 28% dos teletrabalhadores com filhos que responderam “razoavelmente” à pergunta sobre como está a correr a conciliação, o investigador admite que “as pessoas ainda estão a tentar encontrar o seu novo equilíbrio familiar”.

nfaria@publico.pt

Autarcas criticam directiva que proíbe partilha de informação sobre covid-19

Ministra afirma que “não há qualquer proibição”, mas sim um “apelo” sobre a partilha de dados pelas autoridades locais de Saúde. Autarcas falam de “censura” e “menosprezo” pelo poder municipal

Margarida Gomes

Há vários autarcas no país a exigir a derrogação da directiva do gabinete da ministra da Saúde que – numa “decisão cega”, criticam – instruiu os delegados de saúde pública de cada município para não divulgarem as estatísticas locais diárias relativas aos infectados com covid-19. A ministra Marta Temido negou ontem a existência de qualquer proibição, mas acabou por confirmar, e justificar, a orientação dada às autoridades de saúde locais.

“Vamos exigir a derrogação a directiva no mais curto espaço de tempo. Primeiro, porque impede os autarcas de terem acesso a informação útil, que não viola os direitos dos cidadãos; e, segundo, porque representa uma menorização do poder autárquico”, declarou ao PÚBLICO o presidente da Câmara de Chaves, o socialista Nuno Vaz Ribeiro.

Na sexta-feira, as administrações regionais de saúde informaram os delegados de saúde pública que lhes estava vedada a divulgação diária da estatística local e que deviam restrin-

gir-se aos dados a disponibilizar pela Direcção-Geral da Saúde (que se têm revelado menos actuais do que os dos municípios e, para a Câmara de Chaves, até “altamente discrepantes”).

O caso foi tornado público pelo presidente da Câmara de Espinho, mas outras vozes se juntaram à do social-democrata Joaquim Pinto Moreira, que disse não prescindir do direito de informar diariamente a população sobre a evolução epidemiológica da covid-19 no concelho. Pinto Moreira fala de “censura” e promete queixar-se a Marta Temido. “Vou escrever à ministra da Saúde e espero que haja bom senso para derrogar esta ‘lei da rolha’. Isto é verdadeiramente o ‘lápis azul’ da censura”, declarou ao PÚBLICO o autarca, observando que esta falta de informação “afecta a resposta das autarquias relativamente a quem está em isolamento profiláctico”.

“Quero esclarecer inequivocamente que não há qualquer proibição de partilha de informação. Há, sim, um apelo claro a todas as entidades que integram o Ministério da Saúde (MS), em especial às autoridades locais e regionais de saúde, que se concentrem no envio de informação atem-

Resgate de PPR sem penalização

As famílias com planos de poupança reforma e que se encontrem em situações específicas por causa da covid-19 já podem levantar fundos dessa aplicação, sem penalização fiscal. A medida foi publicada em *Diário da República* e vigorará apenas durante o estado de emergência.



Autarcas querem ter acesso aos dados concelhios para os partilhar com os municípios

da e consistente para o nível nacional. Boletins parcelares podem ser causadores de análises fragmentadas. Acresce, pela dimensão de alguns dados, a possibilidade de violação do segredo estatístico”, disse Marta Temido, na habitual conferência de imprensa sobre a evolução da pandemia.

O autarca de Chaves, que é também vice-presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, não aceita esta posição do MS e revela que, juntamente com os restantes presidentes de câmara de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar está a preparar uma resposta a remeter à ministra Marta Temido, mas também ao ministro da Administração Interna, que tutela da Protecção Civil.

“Não vamos aceitar isto e, se o MS considera que há autarcas que não estão a ter boas práticas neste processo, o que tem a fazer é corrigir essas práticas – e manter os autarcas informados sobre a situação nos seus concelhos” em termos de pandemia de

600

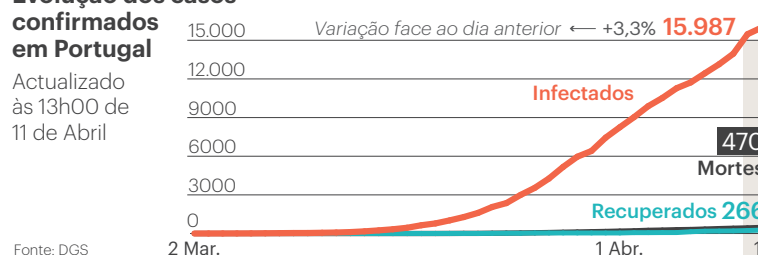
voluntários estão a ser mobilizados em Leiria para fazer máscaras para lares de idosos

Moura com 33 infectados

O número de infectados no concelho alentejano de Moura subiu ontem para 33. Um único indivíduo terá contribuído para o contágio de 32 elementos da comunidade cigana de Moura e do único caso na comunidade não cigana.

Evolução dos casos confirmados em Portugal

Actualizado às 13h00 de 11 de Abril



Fonte: DGS

Cientistas podem pedir dados

A Direcção-Geral da Saúde disponibilizou um formulário online de acesso a dados anonimizados de casos confirmados de covid-19 para investigação. Esta solicitação está disponível na página oficial da DGS desde sexta-feira.



TIAGO LOPES

estar perante uma “atitude irreflectida que será corrigida”. Se não houver bom senso, promete agir a título individual ou em conjunto com outros autarcas.

Dados para cumprir

Sem aludir a esta polémica, a Câmara do Porto informou ontem, em comunicado, que solicitou à Autoridade Regional de Saúde do Norte e ao MS todos os dados desagregados do concelho sobre a pandemia, para que a autarquia possa “cumprir a legislação e os despachos que o Governo e a Direcção-Geral de Saúde têm vindo a produzir”.

A câmara liderada pelo independente Rui Moreira recorda que têm sido criadas obrigações às autarquias “quanto à disponibilização de espaços municipais quer para acolher doentes em isolamento quer a doentes em convalescença quer também em matéria do tratamento de cadáveres”.

O facto de estarem sediados no Porto dois dos principais hospitais públicos de combate à pandemia, que atendem doentes de vários pontos da região Norte, “dificulta o entendimento da evolução da doença nos residentes da cidade”, argumenta a Câmara do Porto, que aproveita para lembrar que, dentro de dias, o Hospital de Campanha do Porto receberá os primeiros doentes, triados no âmbito do trabalho dos hospitais de São João e Santo António, e que está a ser concluído um grande programa de rastreio dos lares da cidade.

“Temos, por isso, todo o interesse, no âmbito do Plano Municipal de Emergência e Protecção, em conhecer o detalhe dos dados do concelho, a fim de planear as próximas acções, nomeadamente as que competem às autarquias, quanto à criação de soluções de retaguarda para doentes em convalescença obrigados a quarentena e a para isolamento profilático de positivos encontrados em lares, conforme o determinado nos despachos e normas da DGS”, reitera. Para a Câmara do Porto, “estas informações são fundamentais para que o município possa dar resposta” a outras obrigações, como a de disponibilizar “meios e espaços” ao Instituto de Medicina Legal. “Só conhecendo o pormenor dos dados na cidade, pode o município adequar as respostas”, resume. **com Lusa**

mgomes@publico.pt

Privado recebe até 13 mil euros por doente que o SNS lhe envie

Ana Maia

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) só vai pagar aos hospitais privados o tratamento dos doentes de covid-19 que forem encaminhados pelos hospitais públicos, esclareceu ontem a ministra da Saúde. É isso que prevê o acordo, válido por três meses e com a possibilidade de renovação mensal, a que os hospitais privados e do sector social podem aderir. O documento define preços de acordo com a complexidade do caso: por um doente que precise de ventilação por mais de quatro dias, o SNS pagará perto de 13 mil euros.

“As entidades que operam no sector privado e social podem, se assim o entenderem e desde que haja necessidade confirmada pelas entidades hospitalares e pelas Administrações Regionais de Saúde, integrar as respostas à covid-19. O que ninguém entenderia certamente é que o SNS, de um momento para o outro, fosse também responsável financeiramente por aquilo que tem sido os atendimentos dos utentes que, pela sua livre vontade, escolheram dirigir-se a um prestador privado”, afirmou a ministra Marta Temido.

Em causa as declarações de responsáveis dos grupos Lusíadas Saúde e Luz Saúde, numa reportagem da SIC, que admitiram cobrar ao SNS todas as despesas com doentes de covid-19, independentemente de serem encaminhados pelo SNS ou de se dirigirem por opção própria ao hospital privado. E que levaram o Bloco de Esquerda a pedir esclarecimentos.

O acordo publicado pela Administração Central do Sistema de Saúde também prevê o encaminhamento para o privado de utentes com doenças que não covid-19 que estejam internados nos hospitais públicos.

Os valores globais a pagar por doente dizem respeito a todos os cuidados, desde a fase de referência até à alta. Assim, por um doente internado que não precise de ventilação ou que a faça só até 96 horas, o

valor a pagar é de 1962 euros. Por um doente internado que tenha feito mais de 96 horas de ventilação, o valor será de 12.861 euros. Pelos utentes com doenças que não covid-19, aplicam-se os preços de acordo com a doença e tendo por base as tabelas que os hospitais públicos usam no pagamento aos hospitais privados com um desconto mínimo de 10%.

Luís Drummond Borges, administrador da Lusíadas Saúde, disse ao PÚBLICO que o acordo agora em cima da mesa é diferente do que foi apresentado pela ACSS a 20 de Março, antes da fase de mitigação, que ditou que o atendimento à covid-19 se faria em todo o sistema de saúde e quando se receava um aumento de casos



A Associação de Hospitalização Privada não comentou as palavras da ministra Marta Temido

superior ao registado. “A proposta inicial tinha uma alínea que dizia que tinham acesso aos privados os doentes que fossem avaliados pelas áreas dedicadas covid-19 criadas nas urgências dos privados”, o que já não é referido neste acordo.

Foi com base naquela proposta que o Grupo Lusíadas “se adaptou, atendeu nas urgências mais de 460 pessoas e internou mais de 18 doentes de covid-19”. “Agora temos novas orientações. O Estado entende que o envolvimento dos privados deverá ser com os doentes transferidos.” Garantindo que o grupo “mantém a disponibilidade para trabalhar em prol dos cidadãos”, Luís Drummond Borges explica que vão avaliar as novas condições e encaminhar para os hospitais públicos os doentes com covid-19 que precisem de ser internados, dado que, “tratando-se de uma pandemia, o sector segurador não compartilha o internamento”.

A Associação Portuguesa de Hospitalização Privada não quis comentar as declarações da ministra.

covid-19, defende Nuno Vaz Ribeiro, para quem a informação em causa deve ser também partilhada com as corporações de bombeiros.

O município de Vale de Cambra e a corporação de Bombeiros Voluntários local também protestaram por se verem impedidos de continuar a disponibilizar à população o balanço diário sobre a covid-9 no concelho, com base em números que lhes eram disponibilizados pelo delegado de saúde. Para o presidente da câmara, José Pinheiro e Silva, do CDS-PP, a decisão do Governo traduz-se numa “sonegação da informação que a todos prejudica”, sobretudo num concelho de quase 26.000 habitantes onde a autarquia registava na sexta-feira 100 casos da covid-19 – 51 dos quais num único lar de idosos – e a DGS contava menos de 50 infecções, há vários dias.

O presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão, o social-democrata Paulo Cunha, diz ter dificuldade em compreender a situação. “Se querem que estejamos na linha da frente no cumprimento do estado de emergência e do seu normativo, mas também para sensibilizar a população acerca dos comportamentos a ter nesta cir-

cunstância, é fundamental que haja um clima de cumplicidade entre as entidades nacionais, regionais e locais”, advoga. Mas não é isso que está a acontecer, diz: “Sentimo-nos muitas vezes como estranhos”.

Considera que a directiva do MS “não é absolutamente clara”, mas a interpretação que está a ser feita pelas autoridades locais de saúde é a de “a informação não deve chegar aos autarcas”. Ainda assim, o presidente da Câmara de Famalicão acredita

Só conhecendo o pormenor dos dados na cidade, pode o município adequar as respostas

Comunicado da Câmara do Porto

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Lar de deficientes em Vila do Conde tem 83 infectados entre os 94 residentes

Parte dos 49 funcionários só ontem fez testes. Dos 22 antes já testados, 16 estão com covid-19. Os que foram rendê-los ainda não fizeram teste

Ana Cristina Pereira

O alerta soou com uma pessoa residente que teve um acidente vascular cerebral e foi assistida no Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos. Agora, 83 residentes e 16 funcionários do Centro de Apoio e Reabilitação de Pessoas com Deficiência de Touguinha, em Vila do Conde, estão com covid-19. E os números ainda podem crescer, já que 27 funcionários aguardam o resultado dos testes que fizeram ontem.

Os detalhes são trazidos, por telefone, pelo mesário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, Rui Maia. Aquela pessoa sofreu um AVC no dia 31 de Março. Saiu da quinta numa ambulância, sem quaisquer sintomas de covid-19. No dia 2 de Abril, um telefonema do Pedro Hispano. Por rotina, tinham-lhe feito um teste e dera positivo. Em menos de um mês, a apreensão estava instalada. “Se aquela pessoa, sem febre, sem tosse, sem dificuldades respiratórias, tinha covid-19, quem podia garantir que outras não teriam?”

O cabo dos trabalhos foi arranjar os testes. “Foi preciso muita insistên-

cia”, reconhece. “Falámos com toda a gente.” Por toda a gente entende-se “a autoridade de saúde local, o centro hospital, os laboratórios”. Sempre convencidos de que estavam perante “um pequenino foco”. “Ninguém espera isto”, vai repetindo Rui Maia. “Só soubemos, porque testámos toda a gente. Não havendo sintomas, a indicação nem é para testar.” Primeiro, foram testadas “as pessoas que tinham tido contacto directo”. Depois, pouco a pouco, as restantes. Sempre no escuro, sempre com receio. “Os primeiros sintomas só surgiram esta semana, na quarta e na quinta-feira”, afiança Rui Maia.

O contágio está generalizado. Dos 94 residentes testados, 83 acusaram covid-19. Esses permanecem quase todos no lar, que ocupa dois edifícios, um com cinco unidades, outro com uma. Até agora, apenas um seguiu para uma unidade de saúde. “Tem problemas associados. Como apareceu febril, enviámos para o hospital.” De resto, Rui Maia conta “quatro residentes com febre”.

Agora, é como se existissem dois centros dentro da quinta. Uma cerca sanitária separa a “zona contaminada” da “zona limpa”. Há espaços específicos para descontaminação de

profissionais e áreas de circulação. E uma equipa de saúde reforçada, com enfermeiros e médicos em permanência.

Os 11 residentes não infectados fazem a sua vida no centro de actividades ocupacionais, entretanto sujeito a uma transfiguração – afastaram-se mesas e cadeiras e montaram-se camas. Há mais três, mas encontram-se em casa de familiares desde o início da pandemia.

Os funcionários não saem ilesos. Foram testados os 22 que trabalhavam directamente com os residentes e que com eles viveram duas semanas seguidas: 16 obtiveram resultados positivos e seis negativos. Os outros,

O presidente da União das Misericórdias diz que, para já, este é caso único — o que não o descansa. “Ninguém está livre, não é?”

que prestam serviços de apoio, só ontem se sujeitaram ao teste.

Seguindo as orientações da tutela, o centro partira a equipa em duas: metade ao serviço, metade em casa. “Tínhamos uma equipa no exterior pronta para entrar”, afirma o mesário. Pronta é como quem diz, porque não se sujeitou a testes. Isso só irá acontecer “assim que for possível”. Entre sexta e ontem, houve troca de turnos. A nova equipa entrou “toda equipada, com fatos, máscaras, óculos, luvas”. E a esperança de que as duas semanas que esteve em casa sem sintomas seja, de facto, um indicador de que não contraiu o coronavírus.

A instituição terá de começar já a preparar a próxima mudança de turno, recorrendo a funcionários de outras valências. Entretanto, um mistério permanece. Como é que o vírus entrou ali dentro? “Tivemos todo o cuidado”, repete o mesário. No dia 12 de Março, a Segurança Social deu ordens para suspender visitas e saídas. “A única coisa que se fazia era ir a consultas inadiáveis”, garante. “Este panorama assusta sempre”, admite. “As pessoas estão [emocionalmente] instáveis.” São homens e mulheres, quase todos com deficiência mental, todos já adultos, a maior parte na

meia-idade, alguns a rondar os 60 anos. “Os familiares estão tranquilos dentro do possível.”

O cuidado é confirmado por Duarte e Patrícia Lázaro, que adoptaram um rapaz e acompanham uma irmã dele, de 20 anos, que ali mora. Logo no dia 13, disseram-lhes que tinham de escolher: ou a iam buscar logo, ou só a veriam no fim da pandemia. Depressa criaram uma conta de Facebook para facilitar videochamadas. Sexta-feira à tarde, um telefona. “A menina tem covid-19.” “É complicado para ela entender o que está a acontecer ali dentro”, concede Duarte. “Ela tem uma debilidade mental. Como não se sente doente, para ela é muito confuso.”

Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), diz que, para já, este é caso único. “Pode haver um ou outro caso positivo em lares residenciais, mas nada assim.” Não lhe parece motivo para descanso. “Ninguém está livre, não é?” Por precaução, a UMP começou a fazer testes nos lares de Fátima, Borba e Santo Estêvão. “Estas pessoas têm muita dificuldade em expressar-se. São as mais frágeis das mais frágeis.”

acpereira@publico.pt



Entre os 22 funcionários do centro que lidam directamente com os residentes também há 16 infectados

ENRIC VIVES RUBIO



Foi tudo feito em cima do joelho pelo director-geral dos Serviços Prisionais para não deixar mal o Governo

Jorge Alves

Presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional

Começaram a sair os primeiros presos das cadeias

Ana Henriques

Aos reclusos que não moram no concelho da cadeia foi passado um comprovativo para poderem circular

Começaram a sair ontem das cadeias os primeiros presos abrangidos pelo regime decretado pelo Governo para proteger os reclusos da infecção por coronavírus. Segundo dados do Conselho Superior da Magistratura, até às 17h de ontem foram libertados 240 reclusos, estimando-se que até ao final do dia o número ainda subisse.

Ao todo, e pelas informações fornecidas esta semana pela ministra da Justiça, Francisca van Dunem, irão para casa até 2000 pessoas, mas estimativas do próprio ministério fazem subir este número até aos 2246 reclusos. Isto não inclui ainda os indultos que o Presidente da República irá dar pelo mesmo motivo.

Já o perdão decidido pelo Governo, e que abrangerá os tais 2246 reclusos, destina-se a pessoas que

estão a cumprir os dois últimos anos de pena ou que estão presas por crimes menores e às quais foram decretadas penas com uma duração máxima de dois anos.

Quem cometeu considerados hediondos, como homicídio ou abusos sexuais, manter-se-á preso, o mesmo sucedendo com quem está a cumprir pena por corrupção. Os delitos praticados por políticos ou representantes do Estado em exercício de funções também estão excluídos, tal como acontece com a violência doméstica.

A sair das cadeias estão ainda reclusos aos quais foi dada uma saída precária de 45 dias, que em circunstâncias normais não dura mais de três. Estes presos estão proibidos de sair de casa praticamente em todas as circunstâncias, período ao fim do qual poderão ou não ter de regressar à prisão. Caso voltem, serão sujeitos a uma quarentena de 14 dias atrás das grades. O Governo decidiu que esta licença de saída pode ser renovada por mais de uma vez e por períodos igualmente de mês e meio, em função do comportamento do recluso e do contexto sanitário decorrente da pandemia. O tempo passado em casa conta para efeitos

de cumprimento de pena.

O director-geral da Reinserção e Serviços Prisionais, Rómulo Mateus, explica que as libertações foram tendo lugar à medida que os tribunais de execução de penas iam deixando pronto o expediente necessário. Foi, por exemplo, o caso da cadeia de Custóias, em Matosinhos.

Como muitos reclusos não moram no concelho da cadeia, os serviços prisionais passaram-lhes um comprovativo para poderem circular, uma vez que é obrigatório o recolhimento em casa até ao próximo dia 13 por causa da pandemia covid-19, explicou o mesmo responsável. “Aqueles que não tiverem transporte para chegar a casa sairão na terça-feira”, acrescenta.

Críticas sobre pressa

O presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional, Jorge Alves, critica a forma, no seu entender apressada, como está a ser feita a libertação e dá exemplos: “Como não tinham medicamentos suficientes para todos os que vão sair por 45 dias, as farmácias dos estabelecimentos prisionais estão a dispensar-lhes medicação apenas por uma semana, passando-lhes receitas para o restante tempo. Mas como estes reclusos têm a obrigação legal de ficarem em casa, se quiserem ir à farmácia terão de pedir autorização aos serviços prisionais.” Também não havia nos cofres das cadeias dinheiro suficiente para lhes entregar, acrescenta.

“Foi tudo feito em cima do joelho pelo director-geral dos Serviços Prisionais para não deixar mal o Governo”, resume o dirigente sindical, acrescentando que na cadeia de Izeda, em Bragança, quatro dos 20 reclusos que podiam ser libertados preferiram ficar atrás das grades, por não querem sujeitar-se aos 14 dias de quarentena em caso de regresso.

abhenriques@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, 26

Vou licenciar-me virtualmente, sem rituais de passagem



Leonor Castelo

Na segunda-feira, dia 9 de março, após a aula das 8h, percorri os corredores da Clássica, sem imaginar que era a última vez que o fazia enquanto aluna. Foi só à noite que recebemos a notícia de que a Universidade de Lisboa tinha encerrado as atividades presenciais.

Por estes dias, acordo com os mimos da família. Antes da quarentena quem me acordava era o despertador. Levanto-me, passo pela sala, onde uns trabalham e outros estudam, e arrumo a cozinha.

Agora vou licenciar-me virtualmente, sem direito a rituais de passagem. Como eu, uma amiga que estudava no Reino Unido regressou sem se despedir da casa onde viveu os últimos três anos. Um amigo paga renda em Milão, para que não despejem os seus pertences, e assiste às aulas italianas em Lisboa. Pior do que nós está a minha prima prestes a terminar o secundário, sem saber como se preparar para os exames. Sentimos que nos tiraram o tapete. Chama-se suspensão de garantias.

Não é que a covid-19 seja uma vingança da natureza contra nós, a verdade é que o vírus se espalha alheado da humanidade, cabendo apenas aos governos preocuparem-se connosco. Sair torna-se fundamental, ainda que os passeios higiénicos sejam assombrados pelo medo que alguém me tussa em cima, tocar no que não devo ou ser julgada por não #ficaremcasa. Respirar a

maresia é o segredo para aturar as manias, que com o confinamento se tornam insuportáveis, das pessoas que mais amamos.

Recordo-me da greve climática estudantil, no dia 29 de novembro de 2019, em que exigíamos que o estado declarasse emergência climática. Desabafava que se conseguíssemos o que queríamos, para ser eficaz, implicaria vivermos de acordo com a noção de liberdade positiva, de Isaiah Berlin. Situação que imaginava semelhante a uma ditadura, pois o desmantelamento do capitalismo significaria acabar com a vida como a conhecíamos. Verificamos agora a velocidade a que uma crise económica apocalíptica se instala. Fomos rápidos a adaptarmo-nos a esta situação, mas as estruturas sociais e económicas não estavam preparadas. A cultura, no entanto, subsiste, apesar de gratuita para todos. Espero que quando isto acabar mostremos a nossa gratidão à arte que nos salvou, à música que melhorou os nossos dias, aos filmes que nos fizeram escapar à realidade e aos livros que nos encheram com outras vidas.

Apesar disso, a ideia de que a quarentena é um retiro espiritual é uma romantização que chega a ser ridícula. Confesso que sonhei muitas vezes com o dia em que me exilava da cidade, ia para um pedaço de terra deserto onde pudesse dedicar-me apenas à criatividade e a mim. Apenas um sonho, porque sabia que o resto da vida não ficaria em espera, à minha espera. E agora todos temos a vida interrompida e parte de mim teme já não saber voltar ao normal. A incerteza do que será o novo normal é ainda mais sufocante.

Estudante de Línguas e Literaturas



Presos a saírem ontem da cadeia de Custóias, em Matosinhos

PAULO PIMENTA

DESTAQUE

CORONAVÍRUS



Na Igreja Matriz de Espinho (em cima), a Eucaristia da Ceia do Senhor decorre sem fiéis. Na Igreja dos Grilos (em baixo e ao meio), a celebração da Paixão do Senhor é presidida por D. Manuel Linda, bispo do Porto. As duas cerimónias são filmadas e transmitidas na Internet



Riscos do ensino à distância

As plataformas electrónicas utilizadas no ensino à distância têm capacidade para gerar perfis automáticos dos alunos, com informação sobre as suas “aptidões intelectuais e dados de saúde”, que, a prazo, podem “estigmatizar as crianças e jovens, prejudicando a sua

integração na sociedade e no mundo laboral”. O alerta é da Comissão Nacional de Protecção de Dados. O Ministério da Educação informou que já fez chegar às escolas “um conjunto de recomendações e orientações, a ter em conta na utilização de tecnologias de suporte ao ensino à distância”.



Igrejas vazias, mas com a Internet a olhar para elas

Os fiéis não puderam estar presentes na Semana Santa, mas os rituais litúrgicos cumpriram-se com a ajuda das plataformas digitais

Detidas 99 pessoas

Desde dia 3, foram detidas 99 pessoas por crime de desobediência, entre as quais 25 por desobediência à obrigação de confinamento obrigatório, 45 por desobediência ao dever geral de recolhimento domiciliário, duas por desobediência de interdição de circulação fora do concelho.

248

estabelecimentos comerciais foram encerrados pela PSP e pela GNR desde a renovação do estado de emergência

Linha de crédito para pesca

O Presidente da República promulgou ontem o diploma que cria uma linha de crédito dirigida aos operadores do sector da pesca de modo a disponibilizar “a custos reduzidos os meios financeiros necessários à manutenção da actividade”.



Agências aplaudem

A Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) manifestou-se ontem satisfeita com o anúncio da Comissão Europeia de que os turistas com pacotes de viagem cancelados devido à pandemia covid-19 têm direito a reembolso.



Na Igreja Matriz de Espinho, o padre Artur Pinto (à esquerda) trata dos preparativos da Eucaristia da Ceia do Senhor (em cima) com máscara de protecção. D. Manuel Linda, bispo do Porto (ao lado direito) beija os pés de Cristo na cruz



André Borges Vieira (texto)
Paulo Pimenta (fotos)

Na Igreja Matriz de Espinho ouve-se o som de um coro a abrir as celebrações da Ceia do Senhor. Como acontece todos os anos, imediatamente a seguir aos cânticos, o padre Artur Pinto, com dois diáconos a ladeá-lo, dá início à missa de celebração da Quinta-feira Santa. Normalmente este ritual é seguido por cerca de 500 fiéis. Mas desta vez, face ao

período que atravessamos, para impedir o contágio da covid-19 e respeitando as medidas impostas pelo estado de emergência, a igreja está despida de fiéis. Porém, não foi por isso que a mensagem não chegou ao remetente. Na verdade, neste caso, o número de pessoas que a recebeu triplicou.

Esse milagre da multiplicação acontece graças à tecnologia. O cenário descrito pode ser visto e revisto no canal de YouTube criado pela paróquia para responder às necessidades dos crentes em confinamento. Até

sábado, a celebração já contava com quase duas mil visualizações.

No terreno esteve Paulo Pimenta, fotojornalista do PÚBLICO, que seguiu os actos litúrgicos na Igreja Matriz de Espinho e na Igreja dos Gritos, encostada à Sé do Porto.

No Porto, o Tríduo Pascal tem sido celebrado apenas na presença dos 30 alunos do seminário. A presidir as celebrações está o bispo dom Manuel Linda, acompanhado pelos bispos auxiliares. Um deles é dom Vitorino Soares, que sublinha que, nestes momentos de “fragilidade”, há ten-

dência para existir uma procura maior pelo “divino”. Por outro lado, também há dúvidas que se levantam: “Porque é que Deus permite isto? Porque é que Deus permite o mal e a doença?”

Na Igreja de Espinho, estava cerca de uma dezena de pessoas: o padre, dois diáconos, o coro, uma pessoa responsável pelas leituras e uma equipa de *streaming*. “Deus está em todo o lado, até na Internet?”, perguntámos por telefone. O pároco Artur Pinto responde que sim e diz que em Espinho está no Whatsapp, Facebook

e no YouTube. A paróquia já tinha uma página *online*, mas agora passou a estar nas redes sociais e noutros canais digitais.

“O objectivo da Semana Santa é reunir as pessoas”, afirma. A partir das redes sociais vão divulgando os eventos e deixando algumas dicas para que a Páscoa seja celebrada sem perder hábitos de outros anos. A adesão tem superado as expectativas. Por isso mesmo, afirma ter-se aberto aqui uma porta que não pode voltar a ser fechada: “[Daqui para a frente] vamos ter de usar muito mais estes meios.”

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

“Não estamos preparados para olhar para a morte como um problema de higiene pública”

Dois antropólogos e um biólogo que passou os últimos 25 anos a lidar com o luto, o seu e o dos outros, reflectem sobre a morte a partir das novas regras para as cerimónias fúnebres

Lucinda Canelas

Imagine uma mulher internada nos cuidados intensivos numa unidade hospitalar, ligada a um ventilador há dias, procurando sobreviver a uma doença que está a matar dezenas de milhares de pessoas em todo o mundo. Imagine-a sozinha nos últimos momentos de vida, porque, apesar da presença constante de médicos e enfermeiros dedicados, é assim que ela está – sozinha. Agora imagine que é alguém que conhece, e ama, desde que nasceu – a sua mãe, uma irmã, uma filha, uma amiga com quem partilhou coisas boas e coisas más desde sempre. E depois imagine que não pode ter ao seu lado aqueles de quem precisa quando se vê obrigado a lidar com uma perda que lhe parece, como todas as grandes perdas, insuperável.

Foi isto que aconteceu a milhares de pessoas em vários países com familiares e amigos que entraram para as estatísticas de vítimas da covid-19. Em Portugal, e por causa da pandemia, os funerais de pessoas infectadas com o SARS-CoV-2 têm regras específicas desde meados de Março, algumas delas extensíveis a todas as exéquias, independentemente da causa de morte.

Seguindo as indicações da Direcção-Geral de Saúde, que a 16 de

Março emitiu uma norma abrangendo óbitos decorrentes da covid-19 e incidindo sobre cuidados *post mortem*, e procedimentos em autópsias e casas mortuárias, a Conferência Episcopal Portuguesa recomendou a todas as dioceses do país que os funerais contassem apenas com os familiares directos, que os velórios se fizessem com brevidade (sem missa) e só no dia em que o corpo vai a sepultar, e que não houvesse qualquer cortejo no cemitério.

Ao decretar o estado de emergência, Governo e Presidente da República também recomendaram que se evitassem aglomerados em cerimónias fúnebres e deram poder às autarquias para decidirem como proceder relativamente ao funcionamento dos cemitérios municipais.

Em Lisboa, os funerais de casos confirmados ou suspeitos de covid-19 estão limitados a cinco pessoas (nos restantes a dez) e recomenda-se a cremação do corpo. No Porto é de dez o número máximo e os cemitérios só abrem para funerais. Em Seia, por exemplo, a autarquia pede aos presentes que se mantenham afastados uns dos outros cerca de dois metros e regista o nome e o contacto de todos os que assistem às exéquias para que, se vier a confirmar-se a doença em algum, os familiares e os funcionários das funerárias e dos cemitérios possam ser avisados de imediato. Moura

também restringiu os velórios à família directa e proibiu flores em casas mortuárias e cemitérios.

Em todos os casos em que a morte decorre da covid-19, e respeitando o determinado pela DGS, o corpo é colocado num saco impermeável, “preferencialmente de dupla embalagem”, e “o caixão deverá manter-se fechado durante o funeral, não permitindo que os familiares toquem no corpo”. Como é que todas estas alterações dos rituais fúnebres mexem na forma como se faz o luto? E para que é que precisamos dele enquanto seres humanos, religiosos ou não? Como pode afectar-nos não conseguirmos despedir-nos de



Velórios e funerais servem, em parte, para que a sociedade assimile que um dos seus membros já não existe

José Eduardo Rebelo

alguém que nos é próximo na doença e mesmo na morte?

“Não estamos preparados para olhar para a morte como um problema sanitário, de higiene pública, precisamos de mais”, diz o antropólogo e poeta Luís Quintais, que há uns meses, e no âmbito da Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, fez parte de um grupo multidisciplinar composto também por arquitectos e psicanalistas que procurou dar uma “resposta convincente” à pergunta: onde colocar os restos mortais depois de cremados os corpos? “Chamámos-lhe Panteão de Cinzas, porque os panteões são lugares de memória, de memórias, não são apenas edifícios.”

A morte, acrescenta, mexe sempre com a memória, com a identidade, e é por isso que, num cenário de pandemia como o que hoje se vive, as imagens que chegam de Itália, de Espanha ou do Irão mostrando enteramentos em massa, sem rituais, tão assépticos quanto o possível, têm potencial para “desassossegar”.

“O que está a acontecer até em Portugal, com as regras novas dos funerais, as limitações ao número de pessoas e aos rituais religiosos, mesmo numa sociedade como a nossa que sendo fundamentalmente católica tem sobretudo práticas seculares, é difícil de aceitar para a maioria das pessoas”, garante Quintais, professor do departamento de Antropologia da

Universidade de Coimbra. E “aceitar” é um verbo-chave quando se trata da morte, do luto.

De cada um e de todos

Ainda que o luto, expectável (um filho a quem morre o pai) ou não expectável (o pai a quem morre um filho), se faça, em última análise, em solidão, os rituais fúnebres são importantes, defende José Eduardo Rebelo, um biólogo marinho especialista em peixes e estuários que, na sequência de uma tragédia pessoal (perdeu a mulher e as duas filhas num acidente de viação), passou as últimas décadas a estudar aquilo que define como o tempo que decorre entre a morte de alguém próximo, “inconscientemente um garante da nossa sobrevivência através dos afectos”, e a criação de um novo equilíbrio na ausência dessa pessoa. Mesmo quando não há uma aceitação da perda, “como no caso de uma mãe que fica sem um filho”, mas uma conformação.

“O luto é sempre individual, porque é o indivíduo que precisa de se reestruturar perante o que perdeu, mas a família e a comunidade também têm necessidade de o fazer, à sua maneira. Velórios e funerais servem, em parte, para isso, para que a sociedade assimile que um dos seus membros já não existe”, diz este professor de Biologia da Universidade de Aveiro que criou diversas estruturas ligadas a esta temática, entre elas a Apelo,





PAULO PIMENTA

A pandemia acabou com velórios e com cortejos fúnebres nos cemitérios

uma dificuldade, reforça Quintais: “A nossa capacidade de regeneração depende do contacto com os outros, uma espécie de contágio simbólico. Se não nos podemos encontrar, tocar, essa troca fica seriamente comprometida e num momento em que estamos particularmente vulneráveis, frágeis. O nosso desassossego torna-se, então, ainda mais insanoável.”

O facto de não se poder ver o morto, de não se poder tocar-lhe, pode ser outro entrave, acrescenta Clara Saraiva. “Nas nossas sociedades, em particular desde o início do século XX, fala-se pouco da morte. Vivemos, apesar de tudo, tempos menos violentos do que em séculos anteriores e houve uma profissionalização da morte. As pessoas passaram a morrer nos hospitais e não em casa; os velórios passaram para as capelas mortuárias; as funerárias preparam o corpo e não os familiares. Mas em certas comunidades, sobretudo rurais, as pessoas ainda se despedem do cadáver com um beijo.”

Ver o morto, acrescenta José Rebelo, autor de livros como *O Luto – Vivências, Superação e Apoio* (Afrontamento, 2019), ajuda a racionalizar a perda. “Sem o vermos podemos entrar num processo de negação. É por isso que são tão difíceis os desaparecimentos. Ver o corpo é constatar que aquela pessoa morreu. Para muitos esse momento de despedida é determinante”, diz este investigador, que se divide entre a Biologia e a Psicologia do Luto e que, com a associação que fundou, presta agora apoio a pessoas e a famílias *online*.

“Mesmo este acompanhamento à distância da pessoa em luto é muito difícil para os técnicos”, acrescenta, “porque a comunicação não se restringe à palavra, precisa da expressão do corpo”. “Cerca de 75% dos nossos comportamentos são ditados pelas emoções e são elas que contextualizam as palavras.”

As imagens de corpos a serem depositados em valas comuns, de dezenas de caixões transportados em camiões, de morgues improvisadas e de fornos crematórios a trabalharem sem parar são difíceis de digerir. Talvez porque há nelas uma espécie de gatilho empático. José Rebelo explica: “Olhamos para aquilo e pensamos: ‘E se fosse um dos meus?’ E só a ideia de ser um dos nossos...”

lcanelas@publico.pt

Joana perdeu o irmão e o marido: “Queria despedir-me, mas não podia”

Susana Pinheiro

Em poucos dias, Joana (nome fictício) perdeu o irmão e o marido, vítimas de covid-19. “Queria despedir-me deles, mas não podia”, desabafa a farmacêutica, ao telefone com o PÚBLICO. O irmão estava no Algarve e o marido acabou por morrer depois de ter sido internado, na região do Porto. “Sei que fiz tudo o que estava ao meu alcance para o ver, abraçar e acarinhar”, lamenta.

Quando Joana, de 55 anos, atende o telefone, começa por dizer, voz pausada: “É horrível fazer o luto sem me ter despedido do meu marido e do meu irmão. Não tenho culpa de não o ter feito, mas vou ficar com esse vazio e mágoa para sempre, além de revoltada com essa coisa chamada ‘covid-19’ que nos está a condicionar a vida.” É esta doença que a obriga a estar só: “Estou a sofrer sozinha. Sinto falta de um abraço.” Para enganar a solidão telefona ou faz videochamadas. “Cada um tem de chorar sozinho, no seu canto, mas eu gostava de abraçar a minha cunhada que está a passar pelo mesmo que eu, porque também perdeu o marido, de nos consolarmos e apoiarmos uma à outra”, prossegue, a chorar a partir da casa de familiares para onde foi fazer o luto sozinha, porque não consegue voltar à sua casa onde estão as recordações de 12 anos de casamento.

Do outro lado da linha faz-se silêncio. É difícil para Joana descrever a forma como está a viver o luto. “O meu irmão, de 58 anos, foi a segunda vítima mortal do Algarve que tanto se noticiava”, a 27 de Março, explica. Era professor e teve uma reunião, na escola, com uma colega que veio de Itália e não sabia que tinha contraído a doença. O irmão e mulher fizeram a quarentena. Ele acusou covid-19, ela não. “Só que, no último dia de quarentena, teve picos de febre alta, foi internado de urgência e teve uma paragem cardíaca”, não resistindo, conta Joana, acrescentando que “a

cunhada ainda o viu através do vidro, quando ele estava internado nos cuidados intensivos”. Foi depois cremado e as cinzas enterradas na sepultura da família, no Norte do país.

Já o marido de Joana, 58 anos, foi internado, no Norte do país, não com covid-19, mas por doença hepática, acabando por morrer vítima da primeira, no hospital. “No segundo dia de internamento, já não me deixaram vê-lo, não eram permitidas visitas por causa do coronavírus.” Mais, desabafa: “Estive nove dias sem o abraçar, sem estar com ele.” Os médicos, porém, foram de um “conforto extremo”, pois telefonavam, diariamente, a dar notícias do estado do marido e chegaram a pô-los em contacto através de videochamada.

O marido foi transferido para os cuidados intermédios, mas sofreu uma queda e teve de fazer um exame. “Deve ter sido, nessa altura, que foi infectado com coronavírus, porque depois já tinha febres altas, pneumonia e o exame à covid-19 acusou positivo”, conta. A farmacêutica lamenta não ter estado com o marido na hora da morte. “Morreu sozinho, no quarto do hospital, não me despedi, nem sequer o pude beijar quando foi a cremar porque o caixão estava fechado”, desabafa a chorar. O que a conforta é saber, através de uma médica, que o marido não sofreu. “Mas faz-me tanta falta tê-lo visto ao vivo”, soluça.

Ainda acompanhou a urna até ao crematório de Matosinhos e conseguiu colocar umas flores no caixão fechado. “Levei depois o pote de cinzas que foi a sepultar na campa do pai dele”, conta, sublinhando que não houve qualquer cerimónia fúnebre. “Só o tempo vai atenuar a dor deste pesadelo que estamos a viver, mas vai marcar-nos para sempre”, resume. O que a sossegou um pouco foi, há dias, ter assistido, através de YouTube, à celebração da missa de sétimo dia dos dois familiares. Joana despede-se, ao telefone, com o desejo de um abraço forte, já que o físico, de que “tanto precisa”, não é possível dá-lo, volta a lamentar.

uma associação de natureza comunitária destinada a apoiar pessoas que lidam com a morte de um familiar ou amigo, e o Espaço do Luto, dedicada à investigação e à formação de técnicos (Rebelo prefere não usar a palavra “conselheiros” porque “a sua função não é dar conselhos, mas ouvir, estar presente”).

Clara Saraiva, especializada na área da antropologia da religião e rituais, não tem dúvidas de que as actuais limitações às cerimónias fúnebres impostas pelo combate ao novo coronavírus terão um impacto negativo em muitas pessoas, sobretudo se a ela se juntarem as restrições de acompanhamento na doença.

“Costuma dizer-se que os funerais são para os vivos e são – para os familiares, os amigos, a comunidade. Não estamos habituados a que as pessoas, como vemos agora em Itália, morram sozinhas e que o seu cadáver seja cremado ou enterrado sem a família e os amigos presentes”, diz esta investigadora do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa que tem dedicado parte do seu tempo ao estudo das concepções sobre a morte e os seus ritos.

Um problema de identidade

A morte sem ritual, tomada apenas como um processo de higienização, “coloca a nossa identidade em causa, a nossa capacidade de nos regenerarmos”, acrescenta o antropólogo Luís

Quintais. E sublinha o paradoxo em que vivem as sociedades contemporâneas ocidentais: “Temos a percepção de que a sociedade é fortemente atomizada, feita de peças desirmanadas, mas a morte exige uma resposta comunitária e isso é antropológicamente decisivo. Sem as cerimónias fúnebres, rituais, perdemos a hipótese de responder à morte enquanto elementos de uma comunidade. E isso é um problema, porque só somos capazes de nos definir como indivíduos na relação com os outros.”

Manter as distâncias mesmo nos pequenos grupos que ainda são permitidos de acordo com as novas regras também pode representar



A nossa capacidade de regeneração depende do contacto com os outros, uma espécie de contágio simbólico

Luís Quintais

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Para os índios brasileiros, a destruição trazida pela covid-19 é uma tragédia conhecida

Já morreram três índios após terem sido infectados pelo coronavírus. Por todo o país, as aldeias estão a bloquear entradas e saídas, mas denunciam invasões e falta de apoio

João Ruela Ribeiro

Não foi há muito tempo que as epidemias que atingiam os povos indígenas brasileiros apareciam sob o disfarce de dádivas. Nos anos 1960 e 1970 era prática comum que fazendeiros ou garimpeiros doassem roupas e comida em caixotes infectados com o vírus da varíola e outras doenças altamente contagiosas para que os índios que viviam em terras cobertas as fossem buscar. Sem a imunidade dos brancos nem o acesso a cuidados de saúde, muitos morreram desta forma numa guerra pela terra em que tudo valia.

Numa altura em que o mundo enfrenta a pandemia do novo coronavírus, para as comunidades indígenas as memórias de tempos mais recentes são reavivadas. “Temos recordações muito negativas no que toca a vírus e de como entraram nas terras indígenas”, diz ao PÚBLICO por telefone Dinaman Tuxá, um líder indígena do povo tuxá, que vive nas margens do rio São Francisco na Bahia.

Dinaman tem 32 anos e não viveu os tempos mais dramáticos das epidemias que atingiram o seu povo, mas as histórias são passadas de geração em geração e os receios das doenças trazidas pelos brancos estão muito presentes. “Os meus avós sempre comentaram as estratégias de inserção de vírus, varíola, tuberculose. Estamos temerosos que esse vírus

venha a ser utilizado dessa forma, para acederem aos nossos territórios e, principalmente, para tentar dizimar as nossas comunidades”, diz.

Nas últimas semanas, começaram a ser confirmados os primeiros casos de infeções pelo novo coronavírus entre indígenas. Na quinta-feira, um adolescente yanomami de 15 anos tornou-se a terceira vítima mortal entre as comunidades indígenas brasileiras, depois de ter passado 21 dias internado num hospital em Boa Vista, capital de Roraima. Segundo o médico Joel Gonzaga, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o índio tinha um historial clínico muito crítico, tendo já sido afectado por “doenças como desnutrição, anemia, malárias repetitivas”.

Os 800 mil índios brasileiros constituem um grupo particularmente vulnerável à propagação da covid-19. A falta de acesso a cuidados de saúde é um dos principais factores de fragilidade. Muitas aldeias estão em locais remotos, a centenas de quilómetros, traduzidos em dias de viagem, de cidades com hospitais que dispõem de unidades de cuidados intensivos.

Entre as comunidades indígenas há também uma prevalência de doenças respiratórias superior à da população em geral e de doenças como a diabetes ou a hipertensão arterial – ambas condições clínicas que tornam a covid-19 mais agressiva –, fruto do crescente contacto com os centros urbanos e com os produtos alimentares industrializados.

Mas também os hábitos de vida em comunidade são problemáticos no quadro de uma pandemia como a que atinge agora o planeta. As casas das aldeias geralmente abrigam famílias inteiras que convivem num espaço confinado e a rotina é feita de momentos de proximidade física, seja com as crianças, seja com os mais idosos. “A proximidade física é uma condição existencial”, observa a antropóloga da Universidade de Brasília Marcela Coelho de Souza, que há mais de duas décadas trabalha de perto com povos na região do Xingu. “É tão absurdo pedir-lhes que mantenham a distância como pedir-nos que não passemos a mão no cabelo”, explica ao PÚBLICO.

É um pouco isso que conta Alessandra Muduruku, que mora na aldeia Praia do Índio, nas margens do rio Tapajós, no Pará. Estuda Direito em Santarém, cidade a mais de 400 quilómetros, e por isso consegue comparar bem os hábitos dos dois mundos. “O branco, se uma pessoa pegar [o vírus], tem como se isolar, o índio não. Se um adoecer, todos querem visitar.”

Aldeias fechadas

Uma das principais estratégias para conter a propagação do coronavírus encontrada pelos povos indígenas foi o encerramento das suas aldeias e o bloqueio de entradas e saídas, uma espécie de quarentena auto-imposta. Desde o início de Março que tem sido essa a realidade na grande maioria

Mortes aumentam nos EUA

Os EUA são o país com maior número de mortes por covid-19 — 19.600, numa média de quase 2000 óbitos por dia na última semana. Há mais de meio milhão de infectados. O presidente Trump anunciou a criação de um conselho para o ajudar a decidir quando repor país a funcionar.

Isabel II falou de novo

Em menos de uma semana, a rainha Isabel II falou duas vezes aos britânicos, ontem para uma mensagem de Páscoa. Numa declaração áudio, disse que o coronavírus “não vai vencer” e alentou os britânicos falando numa “nova esperança”, porque os “melhores tempos” vão chegar.



O coronavírus já chegou ao povo indígena yanomami, que vive na Amazônia



Estamos temerosos que esse vírus venha a ser usado para acederem aos nossos territórios e para tentar dizimar as nossas comunidades

Dinaman Tuxá
Líder indígena

das terras indígenas, de acordo com o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Antônio Eduardo de Oliveira, contactado pelo PÚBLICO. A partir dessa altura, o CIMI cessou as suas actividades no terreno e passou a apoiar os esforços de confinamento dos indígenas, recebendo diariamente informações de todo o país.

A solução está longe de ser perfeita. A extensão de muitas das terras indígenas não permite que se faça uma vigilância total de quem entra ou sai do perímetro. “Por mais que tenham tomado essa iniciativa existem pontos frágeis onde essa dinâmica não procedeu”, reconhece Oliveira. É isso que é relatado por Dinaman Tuxá na Bahia, que também decidiu fechar a sua aldeia onde vivem 1400 pessoas. No entanto, por ser colada a um centro urbano, “o acesso de pessoas não indígenas é constante”, diz o índio.

Witzel ameaça Bolsonaro

O governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, disse ontem que o Presidente, Jair Bolsonaro, pode ser confrontado com um processo de destituição ou responder em tribunal (há uma queixa no TPI) por defender o fim do isolamento social e relativizar a pandemia da covid-19.

10

milhões de máscaras começam a ser distribuídas amanhã em Espanha, que reabre alguns sectores de actividade

Casos confirmados no mundo

Valores às 20h30 de 11 de Abril



Fonte: Universidade de Johns Hopkins

Apelo à Bielorrússia

A Organização Mundial de Saúde pediu à Bielorrússia para aplicar medidas de distanciamento social, receando uma subida no número de casos de covid-19. O Presidente, Alexander Lukashenko, tem minimizado a doença dizendo que a vodka e a sauna ajudam a combatê-la.



ia, onde já morreu um adolescente de 15 anos

A falta de apoio institucional das autoridades locais também preocupa os índios brasileiros. Um dos casos mais graves ocorreu na terra dos tupinambá, no Sul da Bahia, onde no início de Abril seis polícias decidiram romper as barreiras que tinham sido montadas pelos índios para se isolarem. A antropóloga do Instituto de Ciências Sociais Susana Viegas, que fez trabalho de campo nesta região, diz ao PÚBLICO que nestes locais “a insegurança jurídica das áreas indígenas é muito maior”. “Em várias situações a polícia nega-se a dar protecção”, denuncia Oliveira, que justifica essa ausência com “a existência de interesses políticos e económicos”.

O perigo das invasões das terras indígenas continua presente, mesmo em tempo de pandemia. Na verdade, o período de auto-isolamento pode até provocar um aumento das actividades ilegais de garimpo e derrube

de árvores, uma vez que a capacidade dos índios denunciarem esses crimes fica diminuída. “As acções de violência contra os povos indígenas muitas vezes só são paralisadas quando são feitas denúncias, seja pelos indígenas ou não indígenas, e principalmente a nível internacional”, explica o secretário executivo do CIMI. Em alguns locais isso já está a acontecer, como no território dos yanomami, onde se verificou um aumento de 3% da mineração ilegal, de acordo com imagens de satélite divulgadas esta semana pelo Instituto Socioambiental.

Segundo o CIMI, desde o início do auto-isolamento das terras indígenas tem havido uma “paralisação momentânea” das invasões, mas Antônio Eduardo de Oliveira acredita que é algo que vai “durar pouco”. Nos tribunais correm acções sobre a propriedade de terras disputadas, muitas das quais deverão dar razão aos indi-

genas. “A partir do momento em que essas acções judiciais forem saindo e os índios forem ganhando, o outro lado vai-se movimentando”, prevê.

À espera de apoio

O isolamento das aldeias está a pôr em causa a subsistência de muitas comunidades, que se vêem privadas de realizar as suas actividades económicas. “O problema do rendimento é tanto maior quanto mais próximas são as comunidades das cidades, e portanto mais dependentes de produtos comercializados”, explica Marcela Coelho de Souza.

Na aldeia de Dinaman Tuxá, na Bahia, o bloqueio da aldeia está a ter um efeito “dramático” na escassez de alimentos. A actividade mais importante para os tuxá é a venda de artesanato que se reduziu praticamente a zero. “Não conseguimos sequer falar com os compradores”, lamenta.

Neste contexto, o apoio do Estado é visto por todos como fundamental. A chegada das cestas básicas é referida em todas as conversas, mas até agora, com quase um mês de isolamento, nada foi feito. A deputada federal Joênia Wapichana, a única parlamentar indígena em Brasília, tem mantido reuniões com os principais organismos públicos, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), para tentar acautelar esta situação.

Numa conferência de imprensa a que o PÚBLICO assistiu, a deputada disse que a Funai dispõe de “um plano de contingência para a distribuição de cestas básicas” pelas aldeias que deverá começar a ser posto em prática a partir da próxima semana.

Nas centenas de aldeias espalhadas pelo país, o momento é de resistência, mas também de enorme tensão. O perigo representado pela covid-19 para os índios desdobra-se em várias frentes: invasões, doenças, falta de alimentos. Como em vários outros momentos da História, os índios sentem-se postos de parte e deixados à sua sorte. A partir da sua aldeia nas margens do rio Tapajós, onde o hospital mais próximo está a 400 quilómetros de distância em estradas em mau estado, Alessandra Munduruku deixa a sua inquietação: “Se houver um ventilador para dez pessoas, quem é que vai escolher? Será que nós, indígenas, vamos ter um aparelho?”

joao.ruela@publico.pt

Há reinfecções em doentes recuperados de covid-19?

Teresa Sofia Serafim

Soubes-se anteontem que 91 doentes na Coreia do Sul que já tinham sido dados como recuperados da covid-19 voltaram a ter testes positivos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já disse que está a averiguar estes casos. E o que pode ter acontecido? Responsável da saúde pública na Coreia do Sul disse que o vírus pode ter sido “reactivado” e não que os doentes tenham sido reinfetados. Outros cientistas referem que estes casos “são a excepção” e que a reinfecção é “improvável”.

Até agora, são muito poucos os casos de pessoas que se pensava terem recuperado da covid-19 e que voltaram a ter testes positivos. Isso já aconteceu com pelo menos duas pessoas no Japão e em pelo menos quatro na China. Na Coreia do Sul sabia-se que tinha acontecido com um doente. Agora, anunciou-se que tal ocorreu em mais 91 doentes no país.

Citado pela agência Reuters, o director do Centro Coreano de Controlo e Prevenção de Doenças, Jeong Eun-kyeong, explicou que o vírus pode ter sido “reactivado” e não que os doentes foram reinfetados. Por agora, as autoridades de Saúde do país não perceberam o que está por detrás desta tendência, mas as investigações estão em curso.

Numa breve declaração enviada à Reuters, a OMS já disse que tem conhecimento destes casos de pessoas que tiveram testes negativos para a covid-19 através de um teste PCR (reacção em cadeia de polimerase) e que dias depois voltaram a ter testes positivos. “Estamos em contacto próximo com os nossos especialistas clínicos e a trabalhar arduamente para obter mais informação acerca desses casos individuais. É importante garantir que, quando as amostras são recolhidas para testes em doentes suspeitos, os procedimentos são cumpridos de forma adequada”, afirmou a organização.

Pedro Simas, virologista do Institu-

to de Medicina Molecular, assinala que estes casos “são excepções”. O virologista explica que é possível que essas pessoas tenham feito um teste de PCR para detectar a infecção viral, mas que esse teste tenha sido um falso negativo. “Há uma grande probabilidade que isso tenha acontecido”, realça. Além disso, numa situação pandémica, é “muito fácil” que exista uma percentagem de testes que dêem falsos negativos.

E isto dá-nos pistas sobre a imunidade? Pedro Simas refere que não há nenhum vírus que conheça que não cause imunidade. “Todos os coronavírus que se conhecem causam imunidade, mesmo que seja de curta duração, e estabelecem um equilíbrio a nível da população.” Neste caso, como é um novo vírus, ainda não se estudou e há mais informação, porque não houve tempo. “Está a olhar-se muito para as excepções e é perigoso estarmos-nos a concentrar nelas, porque induzem as pessoas em erro.”

Já Maria João Amorim, virologista do Instituto Gulbenkian de Ciência, diz que não é claro porque é que se observam estes casos e que, pelo que se sabe, são uma percentagem reduzida. “Podem ter continuado infectados, a produzir vírus em pequenas quantidades que não foram detectadas pelos testes. Ou tiveram novamente contacto com o vírus e que por algum motivo conseguiu replicar-se, se bem que estes casos não apresentam sintomas, ou os sintomas são ligeiros”, explica, adiantando que só se terá uma resposta mais definitiva quando se tiverem dados que elucidem se pessoas infectadas ficam protegidas da infecção.

David Kelvin, professor de Microbiologia e Imunologia da Universidade Dalhousie (no Canadá), adiantou ao site canadiano Global News que a reinfecção é “improvável” e que podem existir muitas explicações para estes casos, nomeadamente a de os indivíduos nunca terem eliminado completamente o vírus ou o uso de kits de testes defeituosos.

teresa.serafim@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Efeitos económicos do coronavírus podem prolongar-se durante décadas

Menor dinamismo na actividade económica e, possivelmente, aumentos dos salários reais persistiram durante 40 anos nas pandemias dos últimos sete séculos. Agora pode acontecer o mesmo

Sérgio Aníbal

Com a história de anteriores pandemias a servirem como guia, três economistas deixam um aviso: o impacto económico do novo coronavírus não será apenas sentido no curto e médio prazo. O mais provável mesmo é que se possa prolongar por um período de tempo tão longo como quatro décadas, durante o qual o dinamismo económico será menor, mas os salários reais podem subir.

Numa tentativa de começar a dissipar as enormes incertezas que actualmente existem sobre as consequências económicas da presente crise, Óscar Jordà, Sanjay Singh e Alan M. Taylor, professores de Economia na Universidade da Califórnia, decidiram olhar para o passado à procura de pistas que ajudem a decifrar o presente e o futuro. E, assim,

dedicaram-se durante as últimas semanas à difícil tarefa de analisar as consequências económicas de longo prazo de todas as principais pandemias registadas desde o século XIV.

Observaram, recorrendo a informação disponível na época (essencialmente através de estudos já realizados), 12 pandemias, aquelas que provocaram mais de 100 mil mortes no mundo, uma marca também atingida esta sexta-feira com a covid-19. Entre as pandemias observadas estão, por exemplo, as duas mais mortíferas dos últimos sete séculos – a peste negra, que provocou 75 milhões de mortes entre 1347 e 1352, e a gripe espanhola que matou cerca de 100 milhões de pessoas entre 1918 e 1920. Estão também pandemias de menor dimensão, provavelmente mais semelhantes às actuais, e em que se inclui, por exemplo, a recente gripe H1N1.

E a conclusão a que chegaram é que, se a actual pandemia vier a

produzir resultados semelhantes às anteriores, o rumo seguido pela economia mundial irá ser, mesmo no longo prazo, fortemente influenciado por esta ocorrência. “Se as tendências se desenrolarem de forma semelhante na sequência da covid-19 – ajustadas à escala da pandemia –, a trajectória económica global vai ser muito diferente do que aquilo que era esperado há apenas algumas semanas”, escrevem no estudo *Longer-Run Economic Consequences of Pandemics*, publicado no final de Março.

O principal indicador que os autores procuraram analisar nos anos que se seguiram às pandemias foi a taxa natural de juro real, que na prática mostra o nível de rendimento obtido de activos seguros que gera um ponto de equilíbrio entre a poupança e o investimento. Este indicador, explicam, pode ser “um barómetro útil das flutuações de médio prazo do dinamismo económico” e,

assim, serve para verificar se e durante quanto tempo o nível de actividade económica sai beneficiado ou prejudicado pela ocorrência.

No caso das guerras, cujo impacto económico tem sido objecto de estudos frequentes ao longo dos anos, geralmente verifica-se que, a seguir a um impacto económico muito negativo, com grande destruição da capacidade produtiva, se acaba por verificar a longo prazo efeitos positivos nos ritmos da actividade económica.

No caso das pandemias não é

assim. O que acontece, concluem os autores deste estudo, “é de facto o oposto”. A conclusão a que chegaram é a de que “efeitos macroeconómicos significativos persistem a seguir às pandemias, com as taxas de retorno substancialmente deprimidas”. Em geral, a descida da taxa de juro natural começa a evoluir logo a seguir à pandemia, atingindo o ponto mais baixo passados cerca de 20 anos. E apenas 40 anos depois este indicador regressa ao nível que seria esperado, caso a pandemia não tivesse ocorrido.

O que é que explica que as pandemias sejam diferentes das guerras no impacto de longo prazo na economia? A diferença é que, enquanto com as guerras, além de ocorrer uma perda de vidas humanas, com consequente redução da mão-de-obra disponível, acontece também uma destruição das infra-estruturas e do capital. Na pandemia, morrem pessoas, as que sobrevivem tornam-



20

anos é quanto tempo após uma pandemia a taxa de juro natural demora até atingir o ponto mais baixo



NELSON GARRIDO

A seguir a uma pandemia, as pessoas reduzem o seu nível de consumo

A poupança, por isso, aumenta e, em sentido contrário, vai o investimento, já que as empresas, também elas mais prudentes, ficam com menos motivos para arriscar o seu dinheiro. Isto só por si faz com que a taxa de juro natural fique a um nível mais baixo.

Este tipo de efeitos de longo prazo provocados por um choque numa economia é denominado pelos economistas como um “fenómeno de histerese”. É um fenómeno que, defendem alguns economistas, também se poderá verificar em consequência da crise financeira internacional de 2008/2009 e da crise da zona euro de 2011/2012.

Um dos efeitos de que mais vezes se fala é o da perda de capacidades da mão-de-obra e diminuição da produtividade em resultado de um período longo de taxa de desemprego muito elevada.

O fenómeno de histerese é um dos argumentos usados na defesa da aplicação de políticas expansionistas agressivas por parte dos bancos centrais e dos Estados. Se se actuar de forma determinada no presente, evitam-se custos elevados no futuro.

Esse argumento foi usado nas mais recentes crises económicas e, tendo em conta aquilo que parece ser o custo de longo prazo das pandemias, pode sê-lo também na presente crise, numa altura em que, principalmente na zona euro, os governos continuam a não se entender sobre a dimensão e o modelo de intervenção que devem seguir para combater os impactos económicos, no curto e no longo prazo, da pandemia. Parece, no entanto, existir um consenso em relação à necessidade fazer alguma coisa para evitar uma crise prolongada, como se comprova pelo facto de, na reunião do Eurogrupo da passada quinta-feira, se ter decidido avançar, embora ainda sem detalhes, para a criação de um fundo de recuperação.

Se em relação ao longo prazo o passado dá algumas pistas, no que diz respeito ao curto prazo há uma certeza e uma grande dúvida. A certeza é que a generalidade das economias vai sofrer uma contracção acentuada durante este ano. A dúvida está em saber qual será a dimensão desta contracção.

Para Portugal, todas as previsões económicas apresentadas até ao

“

Os efeitos macroeconómicos significativos persistem a seguir às pandemias, com as taxas de retorno substancialmente deprimidas

Estudo da Universidade da Califórnia

momento são feitas traçando diversos cenários e a variação negativa do PIB estimada para este ano vai de valores que comecem em 3% e acabam em 20%, com o principal diferenciador a ser a duração da crise sanitária, algo que é, talvez, a variável mais difícil de prever neste momento.

Perante isto, o Governo português decidiu adiar a apresentação do Programa de Estabilidade. Esta terça-feira, o Fundo Monetário Internacional (FMI) irá apresentar as suas primeiras previsões para a economia mundial desde que se tornou evidente a enorme dimensão da presente crise.

sergio.anibal@publico.pt

se mais receosas e prudentes na hora de trabalhar, consumir ou investir, mas as infra-estruturas e o capital ficam na mesma.

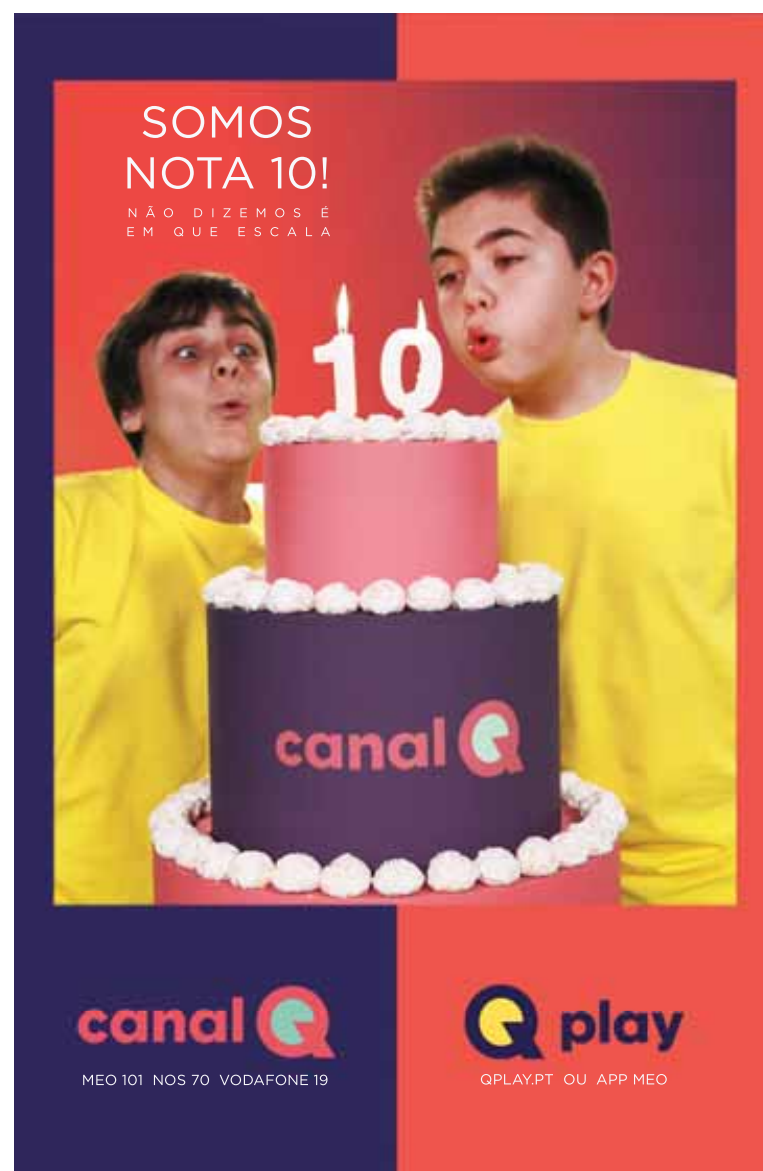
Subida dos salários reais?

É esta diferença entre a evolução da oferta do trabalho e a oferta de capital, conjugada com a diminuição da vontade de consumir e de investir que conduz a uma alteração permanente dos pontos de equilíbrio das economias. A taxa de juro natural recua, o que aponta para uma diminuição do dinamismo da economia, mas ao mesmo tempo regista-se também, nas pandemias do passado analisadas pelos autores, uma tendência de subida, acima do que seria previsível, caso não tivesse ocorrido a pandemia, dos salários reais.

Esta é uma consequência lógica, já que as pandemias fazem reduzir a mão-de-obra disponível, ficando os trabalhadores que permanecem

activos com um maior poder de reivindicação. Ainda assim, assinalam os autores, os dados históricos mostram que é mais evidente o efeito de diminuição do dinamismo da economia do que o do aumento dos salários reais.

Há alguns factores que podem ser diferentes nesta pandemia em relação à maior parte das analisadas no passado. E o principal é o facto de não só a perda de vidas poder acabar por não ser das mais elevadas, como as mortes se registam numa elevada proporção na população mais idosa, uma parte dela já inactiva no mercado de trabalho. Isto faz com que o efeito da perda de mão-de-obra possa ser menor. Contudo, há outros efeitos que se podem aplicar por inteiro ao actual cenário. A seguir a uma pandemia, as pessoas reduzem o seu nível de consumo, para recuperar a riqueza perdida durante a crise e por uma questão de precaução.



ESPAÇO PÚBLICO



Ruth Monteiro



Na situação explosiva em que se encontra a Guiné-Bissau, com um golpe militar e um autoproclamado presidente, levantar a cabeça é um enorme risco. É isso mesmo que faz a ministra da Justiça, numa entrevista ao PÚBLICO, chamando a atenção para as graves arbitrariedades que ocorrem num país que se afunda mais uma vez na sua condição de narcoestado. Um testemunho de coragem e dignidade num ambiente hostil para quem a quer conservar. (Pág. 16/17) **D.P.**



Francisca van Dunem



As portas das cadeias abriram-se ontem para saírem os primeiros presos que beneficiam do perdão de penas e do alargamento do regime de saídas precárias postos em marcha pela ministra da Justiça, Francisca van Dunem, como forma de combater a covid-19 em meio prisional. As medidas não são pacíficas, mas mostram o humanismo do Governo, empenhado em proteger aqueles que estão confiados à sua guarda. (Ver pág. 6) **H.P.**

Verdade e ponderação



David Pontes
Editorial

Nada é fácil neste tempo interrompido da normalidade. Fechados em casa, somos inundados pelo fluxo de informação monotemática sobre o coronavírus. Nos *media*, nas redes sociais, nas nossas conversas, não há ponto da nossa vida que esteja intocável. Muitas vezes certamente nos sentimos perdidos para distinguir entre verdade e mentira, entre informação relevante e acessória. Para isso é crucial perceber o peso que a verdade tem para se transformar na Verdade.

Veja-se a necessidade hoje de perceber o significado da descoberta de que 91 doentes dados como curados na Coreia do Sul voltaram a revelar-se infectados. A possibilidade de se tratar de um padrão generalizado é um susto para qualquer política de saúde pública, um golpe para a nossa esperança de sairmos da epidemia. Os 91 doentes podem ser verdade, mas, ouvidos os especialistas, eles apontam que estes casos são uma exceção, uma anomalia à procura de explicação, num universo de quase 400.000 pessoas recuperadas da doença. O contexto é essencial.

Para o Ministério da Saúde a diferença entre os números relatados diariamente pela DGS e aqueles que os autarcas vão sabendo pelas autoridades locais de Saúde podem ser uma coisa acessória, o contexto com que têm de

lidar é o nacional. Mas para os autarcas, que actuam num contexto diferente, a Verdade só existe com os números locais. A decisão da ministra da Saúde, Marta Temido, de pedir aos delegados de saúde pública para que “se concentrem” na informação nacional e deixem de reportar localmente suscitou um expectável protesto.

A tensão de “análises parcelares”, como a ministra referiu, seja neste caso, seja na distribuição de testes ou de ventiladores, faz parte do problema, mas a solução não pode ser deixar de prestar informação aos autarcas, a menos que não se conte com eles na luta pela pandemia. Se os serviços fornecem números discrepantes, resolva-se a questão, mas não se perca a necessidade de transparência. Se algum autarca não está a ter boas práticas, corrija-se o autarca, mas não

se esqueça que para muitos portugueses eles são a instância de apelo mais próxima.

Nesta altura, exige-se a todos, dos cidadãos aos eleitos, um acrescido cuidado na forma como lidamos com a informação. Ninguém pode esquecer que numa epidemia, mesmo a verdade mais insofismável, sem ponderação, pode desencadear comportamentos contrários ao desejado. É neste contexto que os autarcas também não podem esquecer a confiança que merecem as autoridades nacionais e que não deve ser minada, sendo de todo dispensável a argumentação de “censura” e “lápiz azul” evocada pelo autarca de Espinho nesta polémica. A transparência é imperativa, mas também a cabeça fria e a ponderação.

david.pontes@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Ensino à distância: um novo desafio

A pandemia que paira sobre nós trouxe consigo inúmeros desafios nas mais diversas áreas de actividade do país, nomeadamente numa das mais importantes na garantia de um futuro próspero e dinâmico por parte das novas gerações, a educação. O Governo anunciou ontem as medidas que serão instituídas no ensino básico e secundário, que vieram provar que tão cedo as coisas não voltarão ao “normal”. Enquanto aluno do ensino superior, agora através de um ensino “à distância”, vejo-me perante novos desafios e dificuldades. Ao contrário da ideia exposta por alguns jovens inquiridos na edição do PÚBLICO de 8 de Abril, sinto os dias a passar de uma forma célere, com cargas de trabalho académico que aceleram essa mesma passagem do

tempo. Agora, na mesa grande da sala, ao lado da janela com passagem para a varanda onde é possível observar na paisagem a estrada deserta e os vizinhos no seu próprio confinamento, penso nas oportunidades e experiências que perdi por não poder terminar o semestre presencialmente. Agora nessa mesma mesa, às 23h da noite, ainda não consegui desligar de algumas matérias. Falta-me o café na esplanada do Rossio da cidade de Viseu ao fim da tarde, os amigos, a viagem nocturna até casa, a azáfama, a vida como sempre a vivemos até estes dias. *Tiago Rocha, Vila Maior*

Abriu-se o fosso

Mais de 500.000 portugueses em *layoff*, um sem-número de desempregados, empresas fechadas, recibos verdes, famílias em que o sustento entrou em

colapso, milhares que correm às cantinas das escolas e das misericórdias, dramas sociais agravados por ansiedade e medo.

Este é o panorama social de Portugal nos tempos que correm. Mas é para todos? Não. Do outro lado do fosso há outro país, famílias em que nada ou pouco mudou. Não têm *layoff*, nem desemprego, nem quebra de rendimentos e nelas a pobreza e o medo do futuro não entraram. Estes são cerca de 700.000, são os funcionários do Estado. A sua distribuição é fortemente assimétrica, com três em cada quatro vivendo fora das regiões onde estão os primeiros. Foi na zona onde trabalham os primeiros que a pandemia mais atacou, mas onde mais falta há de meios de defesa e de combate. Assim, a pandemia atingiu em cheio o Portugal produtivo, o que acrescenta valor, o que exporta, o que depende de si mesmo, o que

corre riscos, o que só encontrava na emigração a sua legítima qualidade mínima de vida. Não terá chegado o tempo de distribuir o sacrifício por todos? De encurtar o fosso?

António Matos, Viana do Castelo

Pare de partilhar

Partilhar jornais e revistas em PDF atenta contra a liberdade de informação. Só uma imprensa autossustentável é capaz de informar sem pressões. Piratar o trabalho de jornalistas e fotojornalistas profissionais abre o caminho ao desemprego desta classe profissional que não vira a cara à luta em momentos difíceis. Façam como eu. Sou assinante e comprador em banca de jornais e revistas. Viva a imprensa independente e de qualidade. Pare de partilhar é palavra de ordem.

Ademar Costa, Póvoa do Varzim

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores



Luís Neves



O caso de Tancos em 2017 começou com uma guerra entre Polícia Judiciária, liderada desde 2018 por Luís Neves, e a Polícia Judiciária Militar e continua, na Justiça, a opor estas duas instituições. O último desenvolvimento tem que ver com “uma denúncia exaustiva de várias ilegalidades” e oclusões alegadamente cometidas pela PJ, apresentada no final de Março pelos advogados do ex-director da PJM, coronel Luís Vieira. (Ver pág. 21) **H.P.**



Catarina Martins



A análise detalhada feita pelo PÚBLICO às propostas votadas na semana passada no Parlamento para fazer face à pandemia da covid-19 revela que o PS votou ao lado do PSD em 60% das ocasiões. Isto significa que o Bloco Central funciona melhor por estes dias do que a “geringonça”, algo que a líder do BE, Catarina Martins, já temia e vinha a alertar, desafiando António Costa a escolher um dos lados. (Ver pág. 20) **H.P.**



ESCRITONAPEDRA

Não tenho medo dos computadores.
Tenho medo é da falta deles
Isaac Asimov (1920-1992), divulgador de ciência norte-americano

SEM COMENTÁRIOS FÁTIMA



EMPUBLICO.PT

Usar ou não usar máscara?

Nesta infografia explicamos como fazer uma máscara, como devem ser usadas e em que circunstâncias.
publico.pt/infografias

Cem mil mortes

Veja como evoluiu a pandemia de covid-19 que já ultrapassou a barreira dos 100 mil mortos em todo o mundo.
publico.pt/infografias

Uma Páscoa (religiosamente) online

O padre Nuno Santos explica como os crentes podem “participar” nas celebrações religiosas pascais. Em casa. Longe das igrejas.
publico.pt/podcasts-publico

Um vídeo do caraças



Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Não só não é fácil, como é violentamente difícil pormo-nos bem-dispostos em tempo de praga.
Há tantas maneiras erradas de nos animar que é deprimente alistá-las. Todas apelam aos nossos bons sentimentos com aquela mistura de paternalismo e condescendência que se emprega com o cão antes de levar uma pica do veterinário. E todas procuram convencer-nos a gastar o nosso tempo ou o nosso dinheiro de uma forma por eles recomendada.
É por isso que agradeço – e dou os parabéns – a todos os artistas que fizeram o vídeo É o Corona!. Trata-se de um momento maior da comunicação portuguesa. Até porque são músicos e vocalistas do *heavy metal* nacional, desconhecidos pela maioria dos melómanos.
A primeira coisa que o vídeo faz é desfazer preconceitos. A minha enorme surpresa perante a qualidade dos músicos e músicas, das cantoras e dos cantores é um sinal de tremenda ignorância, mas também é sinal de nunca me ter preocupado em saber – o que é triste e mais grave.

O vídeo está extremamente bem feito, do ponto de vista técnico e artístico: Carlos Guimarães da revista *Caminhos Metálicos* e Guilhermino Martins dos Blind & Lost Studios são os autores.

Tudo isto chegaria para ficarmos espantados e orgulhosos. Mas o vídeo vai muito além: está cheio de humor, de entusiasmo, de camaradagem, de cumplicidade, de dedicação, de gatos, de cães, de casas, de pessoas, de amizade, de insubordinação, de brincadeiras, de boas ondas, de personalidade, de inteligência, de espírito de equipa e de uma enorme (contagiosa!) generosidade.

Palmas? Não é caso para isso

Teresa de Sousa
Sem Fronteiras

Fazer parte de uma união monetária não é isto. Integrar uma união assente na partilha de soberania e, portanto, de destino, também não

1 Percebem-se as palmas. Depois de 16 horas de febris negociações, o Eurogrupo tinha alguma coisa para apresentar. Deve ter sido um enorme alívio para a maioria dos ministros das Finanças do euro e para Mário Centeno. A ausência de resultados seria um sinal catastrófico – 540 mil milhões são um número que dá, pelo menos, bons títulos. Cada um dos ministros pode apresentar os resultados como uma vitória. Não é nada que não costume acontecer nos dias normais da vida União Europeia. O problema é que não vivemos dias normais. Não foi preciso muito tempo para que as críticas começassem a surgir. Na sua maioria, absolutamente pertinentes. Podem resumir-se numa frase: foi um começo, mas muita coisa é ainda preciso fazer para resgatar a economia europeia quando a pandemia abrandar.

O Eurogrupo confirmou o recurso a linhas de crédito – sublinho, crédito – fornecidas pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) que podem ir até 2% do PIB de cada Estado-membro que decida utilizá-las (240 mil milhões de euros). A decisão já estava praticamente tomada no Eurogrupo anterior, embora a questão da condicionalidade tenha sido aliviada. Mas não desapareceu. Além disso, este crédito destina-se apenas a despesas directa ou indirectamente relacionadas com os serviços de saúde. A grande conquista foi a palavra “indirectamente”. O programa SURE, delineado por Ursula von der Leyen, foi adoptado, permitindo o recurso a 100 mil milhões para os custos de *layoff* e de horários reduzidos para manter as pessoas empregadas. Finalmente, a segunda “tranche” também já estava prevista: empréstimos facilitados do BEI da ordem dos 200 milhões para as PME com uma garantia europeia de 25 mil milhões.

A novidade mais importante, mas também a mais decepcionante, é a referência vaga a um fundo destinado ao relançamento da economia europeia gerido pela Comissão, mas cujo financiamento não se sabe exactamente qual será. A emissão de dívida conjunta para cada país poder financiar essa



ADAM BERRY

reconstrução foi mais uma vez adiada. Ou, para sermos mais rigorosos, devolvida às mãos de quem tem a responsabilidade máxima de decidir – o Conselho Europeu. Está já anunciada uma reunião de líderes para 23 de Abril. A maior parte do caminho está ainda apor fazer.

2. Numa coluna de opinião publicada há uma semana no *Guardian*, o historiador britânico Timothy Garton Ash manifesta ainda uma derradeira esperança, que resume logo no título: “A União Europeia pode emergir mais forte da pandemia, se Merkel estiver à altura do momento.” Recorda o discurso da chanceler ao país, que foi “uma lição de democracia, de solidariedade e de responsabilidade individual, feito com o cérebro de uma cientista e o coração da filha de um pastor”. Faz apenas um reparo. “Só faltou uma coisa. A palavra ‘Europa’.” Merkel tem pela frente dois testes fundamentais, diz o historiador de Oxford. “Pode ajudar a Europa a passar o teste da Hungria, porque a CDU é o partido mais poderoso do PPE”, tendo nas suas mãos a possibilidade de finalmente expulsar o Fidesz de Viktor Orbán. Este é o teste “mais fácil”. O mais difícil é aquele a que chama “teste



O problema não está em Bruxelas, mas em algumas capitais que paralisam a União



italiano”. “Se a zona euro – e, portanto, a Europa – quer recuperar a saúde económica, o Governo italiano e outros governos da Europa do Sul têm de conseguir dinheiro usando a credibilidade financeira da Alemanha e de outros países do Norte da Europa.” O debate, ao contrário do que por vezes se pensa, também divide a Alemanha, ou, mais exactamente, a sua elite. Seis eminentes economistas alemães já defenderam que o relançamento da economia europeia devia incluir a emissão de umbilião (um trilião, em inglês) em *eurobonds* garantidos pelos governos da zona euro. O grupo de economistas que aconselha o Governo alemão está dividido.

Regressemos a T.G.A. “Merkel tem uma última e inesperada oportunidade para ficar na História como a grande arquitecta de uma União Europeia mais forte.” Essa oportunidade é-lhe dada numa altura em que já entrara no seu ocaso político (tinha anunciado que sairia depois de cumprir o seu quarto mandato) por uma tempestade devastadora que ela própria classificou como a maior crise que a Europa enfrenta desde a II Guerra.

3. Há sinais de que o desejo do historiador britânico se pode transformar em realidade? É a única esperança que temos. Numa entrevista à agência Lusa, António Costa fez críticas contundentes a alguns governos europeus, mais duras do que lhe tem sido habitual. Em resumo, disse o seguinte. O BCE reagiu com prontidão, travando a subida dos juros da dívida dos países da Europa do Sul, que já estava a acontecer. A Comissão e o Parlamento Europeu, dentro dos poderes de que dispõem, revelaram o mesmo sentido de urgência. O problema não está em Bruxelas, está sim em algumas capitais que paralisam a União. António Costa interroga-se sobre se o Conselho Europeu vai continuar refém de uma minoria, da qual fazem parte governos que estão, por sua vez, reféns de calendários eleitorais. A Holanda volta a estar na linha de mira. “Precisamos de saber se podemos continuar com 27 [países] na União Europeia, com 19 na zona euro, ou se há quem queira sair.” “Naturalmente, estou a referir-me à Holanda”, acrescentou. Há uma *nuance* importante que se mantém quase desde o início da crise – a posição da Alemanha não é exactamente a mesma que a dos Países Baixos, que contam apenas com o apoio indefectível da Áustria e da Finlândia. Sinal disso é o esforço conjunto entre os ministros das Finanças da Alemanha e da França para chegarem a um entendimento sobre o fundo de recuperação.

A irritação do primeiro-ministro foi, provavelmente, desencadeada por um anúncio no mínimo estranho: perante os resultados do Eurogrupo, ainda

manifestamente insuficientes, foi convocado um Conselho Europeu para o dia... 23 de Abril. Urgência? Qual urgência?

4. O que António Costa tem com certeza na cabeça é o que aconteceu a partir de 2009, ainda que em circunstância muito diversas, quando a Grécia caminhava para a bancarrota. Os mercados financeiros deixaram de olhar para a zona euro como um todo, passando a cobrar taxas de juro cada vez mais altas aos países com maiores fragilidades para enfrentar a crise financeira, até as tornarem insustentáveis. Vieram depois os “programas de ajustamento”, as “*troikas*” e a austeridade. Recuperar a credibilidade externa foi uma longa e árdua tarefa para alguns desses países. Portugal foi um caso exemplar. Noutra entrevista, António Costa foi taxativo: não haverá em Portugal novo programa de austeridade.

As decisões do Eurogrupo ainda não merecem palmas, mesmo que possam “encher o olho”. São um paliativo para enfrentar o tremendo esforço que cada país está a fazer para travar a pandemia. Não garantem, nem pouco mais ou menos, que esta crise, por maioria de razão, leve à mesma reacção dos mercados. As economias europeias podem sofrer este ano uma contracção da ordem dos 7% a 10% do PIB. É disto que estamos a falar. “Estar no mesmo barco”, como refere o historiador de Oxford, não é isto. Fazer parte de uma união monetária não é isto. Integrar uma união assente na partilha de soberania e, portanto, de destino, também não.

5. Enquanto se fazem contas aos custos económicos e sociais da pandemia, convém não esquecer os seus custos políticos. Numa sondagem realizada ainda em Março mais de 80% dos italianos responderam que a Europa não estava a apoiar a Itália – uma constatação óbvia. O problema é que 65% viam a pertença à União como uma desvantagem. Não nos deixemos enganar pelo apoio que Giuseppe Conte ainda mantém nas sondagens. Os dois partidos que estão a subir na preferência dos italianos são a Liga de Salvini e os Irmãos de Itália, um pequeno partido que consegue situar-se ainda mais à direita. Mark Rutte pode estar preocupado com as eleições no seu país. Devia estar muito preocupado com as eleições em Itália. A crise anterior deu origem a uma vaga crescente de partidos populistas e nacionalistas em quase todos os países europeus. Parecia mais ou menos contida. Seria avisado não criar as condições para que regresse em força. É também por isso que esta crise é uma prova de vida para a União Europeia.

A morte não pode ser a última palavra

Frei Bento Domingues O.P.

Não vale a pena repetir que o ser humano não tem conserto. Estamos sempre a tempo, em qualquer idade, de *nascer de novo*

1 Não há liturgia cristã que suspenda as leituras do Antigo e do Novo Testamentos, por vezes acompanhadas pela grande música e integradas numa celebração ritual. Na Semana Santa são, por regra, muito mais abundantes. Exigem o auxílio de uma boa cultura bíblica, bastante ausente da maioria das assembleias. Não se deve confundir uma celebração litúrgica com uma imaginária reconstituição do passado, do mundo que já não existe. É certo que algumas homilias tentam situá-las no presente mediante considerações e aplicações, muitas vezes de pendor pietista e moralizante que amortecem a imaginação, em vez de a incendiar. Existem e sempre existiram belas exceções.

O mundo desses textos, a história turbulenta e dilacerada da cristandade em que foram acolhidos, pensados, celebrados, traídos e retomados como fonte de luz, não fazem do cristianismo uma religião do Livro como acontece, por exemplo, com o islão.

Não pode haver culto da Sagrada Escritura. Sagrado é Aquele de quem elas testemunham, Aquele que se fez “carne”, isto é, fragilidade humana. O Verbo de Deus não se fez Livro.

Tudo quanto se escreveu no âmbito da fé cristã, bebido em muitas fontes culturais, não foi para encher bibliotecas de erudição ou para alimentar escolas esotéricas. Foi para mostrar algo de absolutamente extraordinário que nenhum livro pode conter, mas apontar e testemunhar por uma vida feita dom. Jesus Cristo não é apenas *nosso contemporâneo*. É a *interrogação* mais radical à nossa contemporaneidade, interrogação que se procurou e procura abafar dentro e fora das Igrejas.

Como não sei usar o seu estilo criativo das parábolas, vou supor e imaginar, de forma tosca, algumas interrogações como esta: porque continuais a fazer do dinheiro, de tudo o que ele representa, o vosso deus? Ainda não reparaste que o actual modelo de sociedade e de globalização não vos pode salvar? Trabalhais admiravelmente no desenvolvimento das ciências e das tecnologias com resultados espantosos, mas para quê? Que mundo procurais e que elas podem ajudar a construir? Não vos dais conta que se continuardes a ceder às tentações da



PAULO PIMENTA

dominação económica, política e religiosa, a nível local e global, não estais a construir sociedades abertas, democráticas, mas a fortalecer e a fechar as pessoas no egoísmo, o grande vírus do presente e do futuro?

Não vale a pena repetir que o ser humano não tem conserto. Estamos sempre a tempo, em qualquer idade, de *nascer de novo*. Como esta crise monstruosa está a revelar, existem

Como esta crise monstruosa está a revelar, existem incontáveis pessoas que ganham nova vida gastando-se a dar consolo e esperança



incontáveis pessoas que ganham nova vida gastando-se a dar consolo e esperança. São muitas as que acordam com a pergunta: *em que posso ajudar* pelo desenvolvimento dos meus talentos, das minhas capacidades? Sempre conheci santos e santas que orientavam e orientam o seu percurso humano pela máxima antiga e sempre nova: *o bem é para fazer e o mal para evitar*. O resto pode transformar-se em conversa pretensiosa, farisaica, para evitar nascer de novo.

Seja como for, a presença misteriosa, divina, em todo o ser humano, não substitui a sua criatividade nem atenta contra a sua autonomia e liberdade.

2. Segundo os Actos dos Apóstolos, o próprio S. Paulo, para introduzir a sua fé na ressurreição de Cristo, recorre à literatura gentia que, tacteando, confessava que Deus não está longe de nós, pois *Nele vivemos, nos movemos e existimos*. Somos da sua raça [1].

O Domingo é dedicado à celebração semanal da Páscoa para reconhecer, na *partilha do pão*, a *presença transformante* de Cristo no quotidiano de toda a semana. Está na origem da grande celebração anual.

Odo Casel (1886-1949) [2], monge beneditino, fez um grande esforço para mostrar que a liturgia é a presença actual do mistério pascal. Reencontrou-se com a autêntica cristologia de Tomás de Aquino que defendia que a actividade histórica de Jesus não ficou no passado, mas atinge *presencialmente* todos os tempos e lugares, por ser obra de Deus na intervenção humana de Cristo [3]. Esta presença actuante é acolhida quando hoje o nosso agir se identifica com o sentido do itinerário histórico de Cristo que passou fazendo o bem [4].

Jesus não escreveu nada. Não pediu aos seus discípulos que escrevessem a sua mensagem, mas que testemunhassem com a vida o seu Testemunho. O facto é que, passados alguns anos, surgiram muitos escritos sobre a pessoa de Jesus, sobre a sua actividade e sobre a sua mensagem. A

Primeira Carta aos Tessalonicenses é considerada o escrito mais antigo, geralmente datado do ano 50. Mais tarde, surgiram os outros textos do Novo Testamento, no seio de comunidades que viviam ligadas pela fé a Jesus ressuscitado sem texto.

Com o tempo, às primeiras comunidades de discípulos não bastou viver da fé em Jesus ressuscitado e das narrativas orais que partilhavam com aqueles que tinham andado com Jesus. Dessa situação nasceram os quatro Evangelhos, em lugares diversos e de comunidades com problemáticas diferentes. Tinham fontes comuns e fontes próprias.

3. Estamos no Domingo de Páscoa. As narrativas pascais [5] deixam muitos fiéis perplexos. O Ressuscitado aparece, nuns casos na Galileia, noutros em Jerusalém e nos seus arredores. Na primeira versão do Evangelho de Marcos, o Ressuscitado não aparece a ninguém. Foi-lhe depois acrescentado um final que já integra o de outras narrativas. Há, no entanto, um traço comum: a ressurreição é inesperada, não se pode descrever, não é de ordem histórica, mas é real, porque o real não se limita ao que a história pode documentar. A linguagem das narrativas das aparições de Jesus é muito divertida pelos seus contrastes, pois está diante de uma grande dificuldade: como mostrar que é o mesmo antes e depois da ressurreição, mas não é nada da mesma maneira? Usa um artifício para mostrar a continuidade e a ruptura. Não vou entrar nessa apresentação, que exigiria explicações que não cabem nas dimensões desta crónica.

Não acredito que a morte seja a última palavra da nossa vida.

No cemitério de Castro Daire, foi fixado um poema de Frei José Augusto Mourão (1947-2011) que é cantado em todos os funerais. No Convento de S. Domingos, pertence à liturgia de Sexta-Feira Santa. Só a Páscoa de sempre celebra a sua memória:

Não pode a morte reter-me na cruz./Não pode o mundo arrancar-me à raiz/ Ao pé de Deus hei-de sempre viver/ Com Deus cheguei e com Ele vou partir// A tua vida me toma e transporta/ Teu sangue inunda meu corpo de paz/ Vejo as mãos do Senhor glorioso/ Nas minhas mãos a memória de Deus// A Ti, Senhor, meus desejos regressam/ Findo o andar, disponíveis as mãos/ Abre meu corpo ao devir que não sei/ Eu chamo a esperança pelo nome de Deus.

[1] Act 17, 28-29

[2] *O Mistério do Culto Cristão*, Secretariado Nacional de Liturgia, 2019

[3] S. T. 3, q. 58, a. 1

[4] Act 10, 38-39

[5] Mc 16; Mt 28; Lc 24; Jo 20-21

Escreve ao domingo

POLÍTICA

Bloco central resolveu 60% das últimas votações parlamentares

Rio dá a mão ao Governo para travar partidos à esquerda do PS na resposta à crise. Catarina Martins desafia PS a escolher entre bloco central e BE. E Costa quer que BE e PCP tenham programa para tempos difíceis.

Alinhamentos
Marta Moitinho Oliveira

O bloco central funcionou em 60% das votações realizadas no dia 8 no Parlamento, quando os deputados fizeram uma maratona de debate e votação de medidas de resposta à crise económica e social gerada pela covid-19. No plenário, a fórmula da “geringonça” só foi usada em 20% das votações. A crise pandémica está a mexer com o tabuleiro político.

Naquela tarde, o debate e a fase de votação duraram mais de seis horas, com o momento do voto a lembrar o processo legislativo do Orçamento do Estado, com páginas e páginas de guiões e microguiões. Na altura foi perceptível que PS e PSD votaram muitas vezes do mesmo lado. E não era de esperar outra coisa. Rui Rio anunciou no primeiro debate sobre a resposta à pandemia do novo coronavírus que, neste tema, o PSD ia estar ao lado do Governo. E a ajuda foi usada para travar as propostas mais à esquerda.

Mas faltavam números para dar expressão a esta tendência de voto do Parlamento. O PÚBLICO consultou os nove relatórios (um principal e oito microguiões) das 289 votações que decorreram naquela tarde. E os resultados são claros: em 173 votações o PS e o PSD estiveram ao lado um do outro, com BE e PCP a votarem juntos de forma oposta na grande maioria das vezes. Isto significa que o bloco central funcionou em 60% das vezes em que foi preciso votar.

Por outro lado, os relatórios das votações mostram que PS, BE e PCP coincidiram no sentido de voto em 59 das 289, ou seja, em 20% das vezes.

As restantes votações foram casos em que surgiram outras soluções: houve algumas por unanimidade (só cinco) e o resto são outras votações de geometria muito variável.

A coincidência de posições entre PS e PSD deu-se na rejeição da apreciação parlamentar pedida pelo PCP pela qual os comunistas queriam reforçar os apoios previstos pelo Governo, no primeiro decreto-lei, às famílias. Foi com a ajuda do PSD que o PS viu as propostas do PCP e do PAN



MIGUEL MANSO

rejeitadas. Uma delas era, por exemplo, a criação de um suplemento remuneratório igual a 20% do vencimento-base por risco de contágio para os trabalhadores de serviços essenciais. Só neste conjunto de votações, o bloco central votou lado a lado 58 vezes.

Mas houve mais. No relatório principal de votações é possível ver que o PSD deu a mão ao PS 88 vezes para chumbar várias iniciativas. Era neste conjunto de votações que estavam, por exemplo, propostas para reduzir o número máximo de horas de trabalho para quem está em regime de teletrabalho e a cuidar dos filhos (PEV), ou a suspensão do pagamento de propinas nas univer-

“Ficaria muito desiludido, se tivéssemos de chegar à conclusão de que só podemos contar com o PCP e com o BE em momentos de vacas gordas”, disse Costa

sidades (do BE), ou até a proposta para tornar obrigatório um período de carência na moratória dos bancos (do PCP).

Foi também às mãos do PS e PSD que foram chumbadas as propostas que admitiam cláusulas excepcionais para os pagamentos do Estado às concessionárias das parcerias público-privadas (PPP) rodoviárias e a que previa que durante esta fase aos administradores de grandes empresas, entre elas os bancos, não pudessem receber bónus e não fossem distribuídos dividendos aos accionistas.

Um dos casos em que foi possível ver sintonia entre PS, BE e PCP – o núcleo duro da “geringonça” – foi na aprovação da proposta comunista de proibição de cortes em serviços essenciais como água, luz e gás, enquanto estiverem em vigor as medidas excepcionais e temporárias de

resposta à covid-19. Neste ponto, o PSD votou contra.

Outro caso em que a “geringonça” funcionou foi no momento de votar a proposta do PEV que impede as instituições bancárias de cobrar quaisquer comissões pelas operações realizadas através de aplicações digitais ou plataformas *online*, enquanto se determinar ou solicitar isolamento social, decorrente da covid-19. O PS conseguiu restringir o âmbito de aplicação da proposta dos Verdes, ao limitar esta isenção no pagamento aos clientes em situações excepcionais no âmbito da crise pandémica. PS, BE, PCP conseguiram reunir votos para aprovar a medida, ao juntarem outros partidos, mas também aqui o PSD votou contra.

O apoio de Rui Rio ao Governo foi anunciado assim que o Parlamento começou a discutir as consequências da pandemia nas frentes económica e social. O líder do PSD disse a 18 de Março: “Neste combate, este não é o Governo de um partido adversário: é o Governo de Portugal, que todos temos de ajudar neste momento. No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração.”

O PSD defende que é preciso deixar o Governo governar e o presidente do partido optou por não apresentar propostas “ao quilo” no Parlamento. Rio admitiu que seja preciso pensar num governo de salvação nacional, quando o foco for já só a crise económica.

O posicionamento do PSD já motivou reacções à esquerda. Em entrevista ao *Expresso*, a líder do BE, Catarina Martins, defendeu que o PS tem de escolher entre o bloco central (que serve para aplicar a receita da austeridade) e o BE (que a rejeita).

António Costa aproveitou para deixar o desafio aos seus parceiros naturais para um período novo, diferente da conjuntura económica anterior. “Ficaria, aliás, muito desiludido, se tivéssemos de chegar à conclusão que só podemos contar com o PCP e com o Bloco de Esquerda em momentos de vacas gordas e em que a economia está a crescer”, disse o primeiro-ministro, em entrevista à Lusa.

marta.oliveira@publico.pt

Rio prometeu que o PSD não apresentará propostas “ao quilo”

Tancos: advogados acusam PJ e MP de “ilegalidades” no inquérito

Em causa, dizem, está “a forma ilícita” como foi “ocultada” informação que deveria ter sido transmitida ao Ministério da Defesa e aos serviços de segurança interna. Debate instrutório está marcado para Maio

Justiça
Ana Dias Cordeiro

O juiz Carlos Alexandre, que está prestes a retomar a fase de instrução do processo de Tancos, recebeu em Março uma denúncia a apontar “várias ilegalidades cometidas” por inspetores da Polícia Judiciária (PJ) e procuradores do Ministério Público (MP) antes do assalto aos paíóis nacionais em Junho de 2017.

A essa denúncia, apresentada pelo advogado do sargento Lima Santos, comandante da investigação criminal da GNR de Loulé, seguiu-se o requerimento, em sentido idêntico, dos defensores do ex-director da Polícia Judiciária Militar (PJM), o coronel Luís Vieira. O PÚBLICO teve acesso aos dois documentos.

No segundo requerimento, que deu entrada no Tribunal Central de Instrução Criminal a 25 de Março, os advogados de Luís Vieira subscrevem o essencial do requerimento remetido pelo advogado de Lima Santos, Luís Cruz Campos, dez dias antes e descrevem-no como “uma denúncia exaustiva de várias ilegalidades” por parte de investigadores da PJ e do MP. Ao longo de mais de 30 páginas, Cruz Campos apresenta um levantamento de todos os actos processuais que considera feridos de legalidade.

A partir daqui, Rui Baleizão e Manuel Fernando Ferrador, advogados de Luís Vieira, pedem que seja extraída certidão desse requerimento (do sargento Lima Santos) e entregue à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério da Justiça para que sejam investigados “os factos criminalmente relevantes”, bem como os actos que possam violar os deveres funcionais de inspetores e procuradores susceptíveis de resultarem em “procedimentos disciplinares”.

Segundo eles, esses factos agora expostos resultam naquilo que sempre alegaram ser uma acusação “desproporcionada” dos seus arguidos. O sargento e o coronel estão entre os principais arguidos pelo envolvimento no esquema que permitiu recuperar em Outubro o material de guerra desaparecido. Parte da acusação contra os investigadores da PJM incide



O assalto aos paíóis militares de Tancos, no centro do país, foi conhecido no fim de Junho de 2017

sobre a suspeita de que terão negociado a imunidade do arguido João Paulino em troca da entrega do material.

No radar da PJ

Neste contexto, um dos actos apontados à PJ pelos advogados de Luís Vieira é o de que, quando receberam a denúncia de um assalto a instalações militares no centro do país, os inspetores da PJ tiveram logo nesse momento a indicação de um suspeito – João Paulino – que veio a ser, de acordo com a tese da acusação, quem organizou o assalto.

Assim, os advogados concluem que com a informação contida na denúncia que receberam de Paulo Lemos, conhecido por “Fechaduras”, os procuradores do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP)

do MP e inspetores da PJ conheciam desde Abril de 2017 a identidade de alguns suspeitos, incluindo João Paulino, por terem recebido as informação de Paulo Lemos, além de também conhecerem, dois meses antes do assalto, e pelas mesmas razões, a preparação do crime e o local onde iria ser cometido.

Os investigadores da PJM, por sua vez, “não conheciam a qualidade de autor do furto daquele que consideraram informador para recolha de informação para a recuperação do material: o arguido João Paulino”. Sobre ele continuam a negar ter chegado a qualquer acordo para que não viesse a ser acusado.

O debate instrutório está marcado para 4 e 5 de Maio. Antes disso, em 21 de Abril, João Paulino será inter-

rogado.

Qualquer um dos subscritores destes requerimentos – sobre os quais ainda se espera a decisão do juiz Carlos Alexandre de deferir ou indeferir os mesmos – já antes tinha invocado a nulidade do processo pelo facto de o assalto a Tancos, um crime em instalações militares, não ter sido entregue à PJ Militar. Agora, vão mais longe. Alegam que a PJ não fez o que podia ter feito para evitar o assalto e não informou, como deveria ter feito, o Ministério da Defesa e os serviços de segurança interna.

A denúncia recebida pela PJ foi sempre apresentada como anónima, quando era afinal identificada, o que poderia ter sustentado uma suspeita qualificada e justificado a autorização para serem realizadas escutas.

Embora Paulo Lemos não tenha pedido para não ser identificado como fonte da denúncia, como o próprio confirmou nos interrogatórios, a PJ pode ter assim decidido para o proteger. Porém, com uma denúncia identificada, haveria suspeita qualificada que habitualmente resulta na autorização de escutas, explica um advogado ao PÚBLICO.

Por isso, escreve o advogado Luís Cruz Campos no requerimento: “O juiz Ivo Rosa foi enganado com a falsidade da PJ.” Esta polícia justificou depois não ter tido condições para investigar os indícios de forma a evitar o assalto por não ter recebido a autorização judicial para fazer escutas.

acordeiro@publico.pt

ECONOMIA

Restauração “precisa de dinheiro a fundo perdido e rapidamente”

Ana Jacinto, secretária-geral da AHRESP. As medidas paliativas” avançadas pelo Governo para o sector vão “custar caro no futuro”, com empresas já totalmente estranguladas

Entrevista
Alexandra Prado Coelho

Desde o início da crise provocada pela pandemia de covid-19 e pela declaração do estado de emergência que a Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) tem mantido um diálogo com o Governo para encontrar soluções que ajudem o sector. Ana Jacinto, secretária-geral da AHRESP, alerta para uma situação dramática, sobretudo na restauração, obrigada a fechar as portas e sem dinheiro para pagar salários.

Com a pandemia do novo coronavírus e a declaração do estado de emergência, o sector da restauração e hotelaria sofreu um abalo profundo. Qual é a situação neste momento?

Fizemos um inquérito na semana passada e em menos de 24 horas tivemos duas mil respostas válidas. Há 75% de estabelecimentos encerrados, na restauração estão todos, podendo funcionar apenas nas modalidades de *take-away* e entregas. E há outros indicadores muito preocupantes: 30% das nossas empresas não já não conseguiram pagar os salários em Março, 50% avançaram para o *layoff* mas, destes, 70% dizem que não conseguem pagar os salários em Abril, se a Segurança Social não fizer a entrega do apoio a tempo. É muito evidente uma coisa: 77% das empresas não recorreram a apoios financeiros, porque dizem que estas linhas não são adequadas às suas necessidades. Dos 23% de empresas que o fizeram, dois terços recorreram à linha do Turismo de Portugal, de microcrédito com apoio directo, sem juros e sem a banca como intermediária. Por fim, um dos dados mais relevantes é que cerca de 80% vão ter facturação zero em Abril e Maio. Por tudo isso, temos dito que reconhecemos o

esforço e a atenção que o Governo está a dar ao nosso sector, mas é muito insuficiente.

O alargamento da modalidade da linha de crédito do Turismo de Portugal seria uma solução aceitável e alternativa aos apoios a fundo perdido que a AHRESP tem vindo a pedir?

São duas coisas diferentes. A linha do microcrédito deve ser mais potenciada. Neste momento ela só se destina às microempresas, tem uma dotação global de 60 milhões de euros e, portanto, é muito reduzida para as necessidades. Uma das propostas da AHRESP é alargá-la às pequenas e médias empresas e garantir que ela tem uma dotação superior. A entrada de dinheiro a fundo perdido é outra medida que temos defendido, porque precisamos de dinheiro agora e rapidamente. O problema é que todos os apoios que estão a ser dados criam endividamento futuro. Estamos a falar de um universo em que 99% são micro, pequenas e médias empresas. O que estamos a fazer é dizer “Endividem-se agora e pagam mais tarde”, mas não sabemos quando terão condições para o fazer, porque a retoma não se vai dar estalando os dedos.

Quais são as condições do apoio do Turismo?

São 750 euros por trabalhador num prazo máximo de três meses. O apoio dá-se através do preenchimento de um formulário muito simples, faz-se em cinco minutos. Mesmo assim, a AHRESP teve de fazer muitas candidaturas, porque o nosso tecido empresarial tem muitas dificuldades. Se já é assim para esta linha, que está completamente facilitada, imaginemos para as linhas de crédito disponíveis pela banca, muito mais complexas, com muito mais burocracia e um tempo de espera de aprovação pode ir até 40 dias úteis. Todas as medidas que estão a ser criadas são moratórias e



dilações no tempo que têm de ser pagas. Estamos a falar de um endividamento que pode ser muito estrangulador daqui a uns meses. Veja-se o caso das rendas: foi aprovado um diploma que diz que os arrendatários encerrados podem deixar de pagar as rendas estes meses, mas esses valores vão ser pagos cumulativamente com as próximas rendas, em prestações, quando acabar o estado de emergência. Se as empresas não estão a receber um único tostão na sua caixa registadora, isto torna-se complicado. Precisamos de injeção de tesouraria a fundo perdido

rapidamente, sob pena de elas não conseguirem sobreviver. Mesmo em relação ao regime de *layoff*, que é uma boa medida, temos grandes preocupações, porque ainda há um esforço das empresas para pagar 30% do salário dos trabalhadores.

No diálogo que têm mantido com o Governo, qual tem sido a reacção ao pedido de apoios a fundo perdido?

Se fosse fácil e houvesse disponibilidade imediata, se calhar a medida já estava implementada. Percebo que as nossas finanças públicas não têm uma capacidade inesgotável, mas, se não arranjamos

maneira de isto acontecer, o Estado vai ter de suportar despesas avultadas por via dos subsídios de desemprego. A União Europeia tem de criar mecanismos que apoiem estas despesas nacionais. E tem de ser depressa, porque as medidas paliativas vão sair-nos caras no futuro. Muitas destas empresas não terão capacidade para suportar as dívidas que vão contrair agora. Defendemos que deve haver uma isenção das rendas durante estes meses em que os estabelecimentos não conseguem abrir as portas.

Muitos são senhorios privados.

Deviam também ser apoiados pelo

Crise está a ter um impacto negativo forte no turismo, com efeitos sérios na restauração



Leia a entrevista na íntegra em
www.publico.pt



NUNO FERREIRA SANTOS

Estado de alguma forma. **Admitindo que o Governo aceita, outros sectores teriam direito a reivindicar apoios a fundo perdido e há o risco de uma bola de neve.** Nós avaliamos o nosso sector, acredito que os outros estejam confrontados com situações idênticas. Mas o turismo, que tem sido o motor da economia, é o sector mais afectado. **Para além das micro e pequenas empresas, existem grandes grupos tanto na hotelaria como na restauração. Qual é a situação deles?**

Nem todos os restaurantes que querem fazer take-away podem fazê-lo, porque há regras



Não é muito diferente, muitos estão também a avançar para o regime de *layoff* e a tentar aguentar-se para que se possam reerguer o mais depressa possível. Mas também para os grandes grupos as medidas não são suficientes. Precisamos é de injectar liquidez, porque o sector – e recorde que ainda há uns meses dizíamos que eram necessárias mais 40 mil pessoas – não vive sem pessoas e amanhã vamos precisar delas para trabalhar em pleno. Depois há obrigações, desde os encargos ao Estado, com fornecedores, há muitos custos de contexto que não pararam. **A possibilidade de isenções fiscais no futuro, com a baixa do IVA, por exemplo, não ajudaria neste momento?**

Vamos ver se nos dão condições para continuar a viver depois desta fase. Agora o essencial é a isenção dos pagamentos. **Há quem considere que o sector tinha crescido de forma excessiva e muito dependente do turismo. Há demasiada oferta?**

A oferta resulta da procura. Há pouco saímos de uma crise complicada que afectou muito o sector, agravada pela subida do IVA para 23% – 60% das empresas estavam em risco de falência – e foi com o turismo que entrámos numa fase de crescimento. As empresas voltaram a repor os quadros de pessoal, fizeram investimentos e requalificações e tudo isso criou endividamento. Aproveitam a época mais baixa, Janeiro e Fevereiro, para fazer investimentos, contratações, compra de novos espaços, preparando-se para mais um ano positivo. E, precisamente nesse momento, acontece o que temos oferta a mais, porque a procura estava a crescer.

Mas não é arriscado um crescimento tão apoiado no turismo?

O turismo alimenta uma série de outras actividades. O alojamento local, que foi sempre atacado, teve um impacto na regeneração das cidades. E alavancámos outros

sectores, neste caso até a construção civil ou os transportes. **Para a restauração, o *take-away* representa uma ajuda real ou é simbólico?**

Alguns já tinham essa modalidade e continuaram a trabalhar nela, para os outros é residual. Temos casos de empresas que começaram, mas já desistiram porque é preciso manter alguma estrutura. Outros estão a ter alguma receita, mas não podemos esquecer que nem todos os que querem fazer *take-away* podem fazê-lo, porque há regras que têm de ser salvaguardadas. **Alguns proprietários receavam que o *layoff* fosse incompatível com o *take-away*.**

A regra é que os estabelecimentos estão encerrados. Podem prestar alguns serviços, não é isso que impede o *layoff*, com excepção dos trabalhadores que estão de facto a trabalhar, porque, para haver *layoff*, os contratos têm de estar suspensos.

Há também a queixa de que os sócios gerentes não são abrangidos pelo *layoff*. Houve uma evolução nesse ponto?

Houve, mas muito insatisfatória. A nossa proposta era que todos pudessem beneficiar desse regime. O sócio gerente está na empresa todos os dias e desconta como qualquer trabalhador. O que o Governo abriu foi a possibilidade de alguns poderem ter apoio, mas só os que não têm trabalhadores a cargo e facturação inferior a 60 mil euros. Não é justo que essa medida não possa abranger todos os sócios gerentes das empresas.

No diálogo com o Governo, a AHRESP representa os seus associados ou o sector de forma alargada?

Representamos sempre o sector de forma alargada nesse diálogo, como já tinha acontecido numa das nossas batalhas que foi a questão do IVA. Mas é para os nossos associados que temos a nossa missão e trabalhamos no dia-a-dia. Há muita informação mais especializada, como a das linhas de apoio, que damos aos associados. **Depois de esta crise passar, vamos assistir a um mundo novo na restauração? Qual é a expectativa realista?**

Há muitas variáveis. A crise económica vai durar certamente

muito tempo e os negócios não serão como hoje. As empresas terão de se reinventar, haverá outras necessidades e visões.

Receia que os clientes tenham algum medo de voltar a frequentar restaurantes e hotéis?

Claro que sim. A segurança vai ter de ser uma prioridade na nossa vida. Vamos ter de fazer a diferença por aí. Mas o foco agora é segurar as empresas, senão elas não poderão reabrir. Não queremos que ninguém fique pelo caminho. Já vão ter um problema, que é ter clientes. O próprio cliente há-de ter mudado, o perfil do turista provavelmente mudou e vamos ter de ter ofertas adequadas à procura, trabalhar muito mais com o nosso mercado interno.

Muita gente queixava-se do actual nível de preços de parte da restauração, muitas vezes virado para os turistas e inacessível para a maioria dos portugueses. Essa aproximação ao mercado interno poderá significar uma oferta mais democrática?

Face aos custos que as nossas empresas têm, os preços não estavam desajustados, pode é dizer que o poder de compra dos portugueses não é elevado. Se vamos ter necessidade de ajustar? Provavelmente sim. Numa primeira fase vamos funcionar muito com o mercado interno. Vai ser um trabalho complexo e desafiante fazer com que pessoas percebam que Portugal tem unidades seguras. Também sabemos que o mercado interno vai estar em condições muito frágeis, os rendimentos serão todos muito mais baixos. Provavelmente as pessoas vão continuar a fazer mais refeições em casa e levá-las para o trabalho. Não vai ser fácil, mas vamos ter de ir encontrando estratégias para nos adaptarmos. As medidas paliativas é que não vão ajudar. Só com elas podemos fazer um grande esforço e não fechar as portas agora, mas fechamos daqui a dois meses. E aí esta conversa do que vamos fazer no futuro deixa de fazer sentido, porque as empresas não vão estar abertas e deixa de haver futuro.

apc@publico.pt

CULTURA

A iconografia do isolamento não nos é estranha

O confinamento ditado pela pandemia parece ter sido previsto por alguns artistas contemporâneos. Por estes dias, sentimo-nos habitantes das pinturas de Edward Hopper ou das fotografias de Gregory Crewdson, que tanto nos devolvem a tensão da solidão, como podem ajudar-nos a entendê-la e até a ver a sua beleza

Vítor Belanciano

Paisagens urbanas desertas. Figuras isoladas. Apartamentos iluminados no escuro da noite, com pessoas à janela olhando o vazio. Lá dentro, individualmente, a dois, ou em família, o mesmo sentimento de desolação, de incompletude, de ausência de qualquer coisa que nem se sabe nomear.

Podiam ser pinturas de Edward Hopper (1882-1967), ou fotografias de Gregory Crewdson (n. 1962), captando a solidão da vida moderna, a que a pandemia parece ter atribuído um significado ainda mais ameaçador, embora esse espelho que as obras acabam por ser possa também funcionar como a demonstração de que não estamos sós nas nossas actuais inquietações e de que estas nada têm de anómalo. Estamos unidos no isolamento e na solidão.

Os quadros de Hopper tornaram-se, por estes dias, a citação mais paradigmática, com imensas pessoas a partilharem reproduções das suas

obras nas redes sociais, sugerindo que, neste quadro de grande desordem do mundo, a maioria de nós vive dentro de uma das suas pinturas. Ou então, noutra perspectiva, que a arte pode ajudar a entender a solidão. A dar a ver a sua beleza também. A tornar-nos menos receosos dela.

Já sabíamos que as urbes contemporâneas são máquinas de produção de isolamento. As mais diversas práticas artísticas não param de o refletir, até porque a solidão não tem necessariamente que ver com o confinamento físico. É mais um sentimento de ausência de ligação, de proximidade, de intimidade. Como se resultasse de uma dificuldade em definir o grau de vínculo desejado.

Ao longo dos tempos, imensos escritores, artistas, cineastas, dramaturgos ou compositores se interrogaram: o que significa estar sozinho? Como vivemos, se não estamos envolvidos com outros seres humanos? Como nos conectamos com os outros? No campo das artes visuais, embora resistisse muitas vezes à ideia de que a solidão era o seu tema central, Hopper é um caso óbvio, com as personagens dos seus quadros reiteradamente sozinhas ou atomizadas em

grupos, em poses que parecem indicar angústia.

É assim em *Nighthawks* (1942), talvez a sua obra mais icónica: uma mulher, dois homens e o empregado de um bar de esquina, suspensos pelo tempo, pela luz teatral e pela cor surpreendente, numa expressão exterior de vidas interiores. O quadro foi reproduzido milhões de vezes, nos mais diversos suportes, sendo representativo de um certo estilo do artista, mistura de realismo e de estranheza, com as suas criaturas sós e imóveis, sob uma luz crua, com ênfase na atmosfera e na composição.

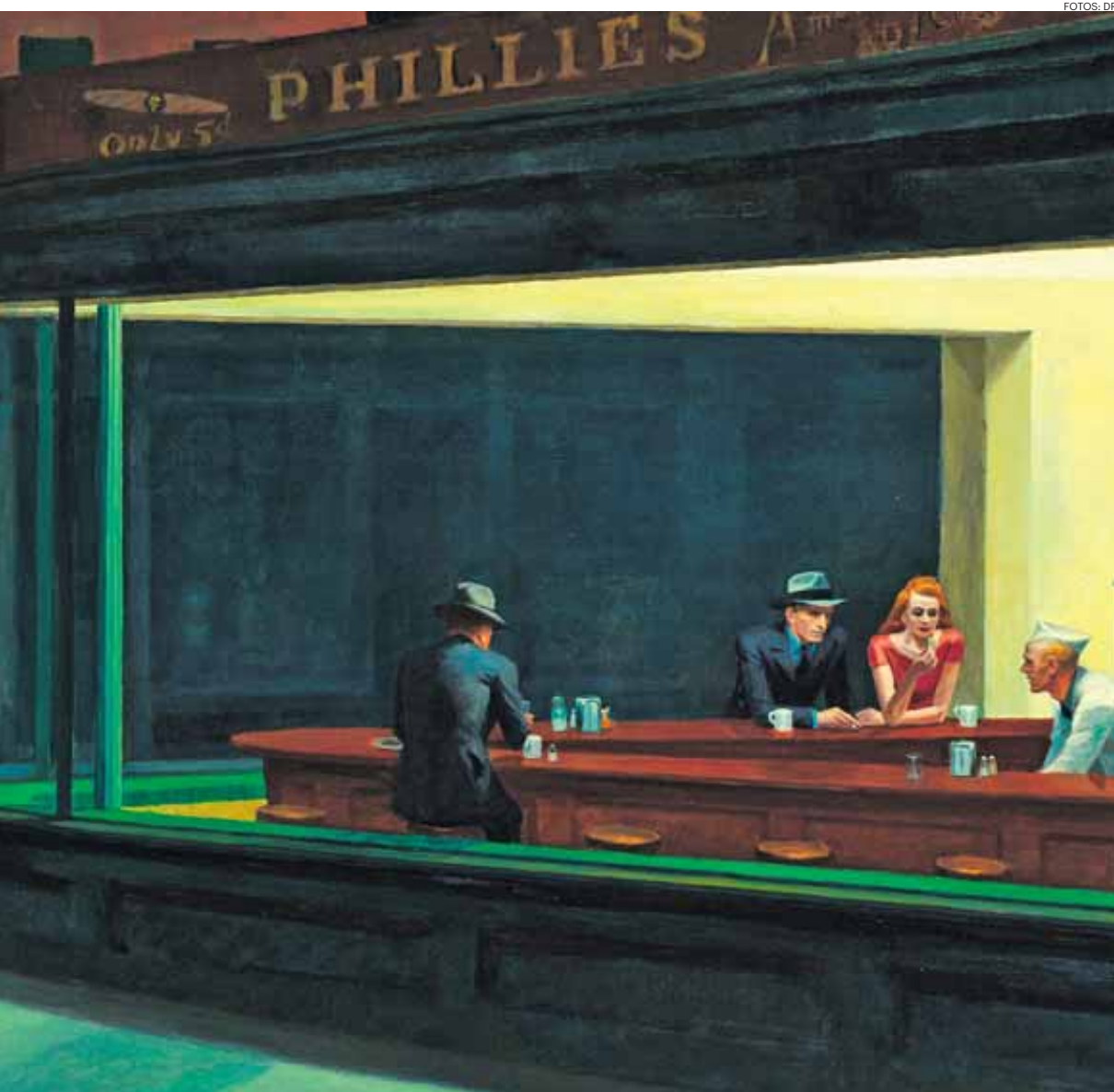
Os exteriores de Hopper revelam-nos pequenas figuras perdidas na paisagem. Os seus interiores mostram personagens em momentos de reflexão, focadas em si mesmas, quando acompanhadas, separadas do exterior por janelas, vidros ou portas. Há uma espécie de cessação do ritmo quotidiano que cria enigmas e uma sensação de incompletude. Nem início nem fim, apenas a transitoriedade dos estados de espírito e das relações humanas.

“Provavelmente sou também um solitário”, disse Hopper certa vez numa entrevista, e as suas pinturas

irradiam uma compreensão empática dessa condição. Nas análises à sua obra, seja numa perspectiva de crítica de arte, seja numa perspectiva mais sociológica, dois pontos de vista costumam encontrar-se: as suas imagens transportam angústia, mas em paralelo podem gerar sentimentos de identificação. O espectador reconhece-se ali, o que gera um efeito de alívio: afinal, mais alguém se confrontou com a solidão e, em vez de emoções negativas, discerniu nela relevância e até delicadeza.

A luz, os ambientes, os cenários, os estados de alma já os vimos: conhecemo-los do cinema de Martin Scorsese, de Michelangelo Antonioni, de Wim Wenders, de David Lynch ou de Alfred Hitchcock. Mas o cinema foi também influenciado por ele. Que o diga Hitchcock, que para compor a mansão da família Bates em *Psycho* (1960) pegou num quadro de Hopper. A construção das suas imagens tem qualquer coisa de indiscutível, de mítico e de definitivo, como em muitas obras cinematográficas. Mas reconhecemos o cosmo de Hopper também na música, em especial, mas não só, no jazz, nas baladas de John Coltrane, em Miles Davis, no piano de Bill





FOTOS: DR



Nighthawks (1942), talvez a obra mais icónica de Edward Hopper, e The Basement (2014), do fotógrafo Gregory Crewdson

Evans, na voz sussurrada de Chet Baker ou na voz rouca de Tom Waits. Mundos trágicos, mas com potencial de sedução.

As mulheres de Hopper são especialmente representativas do oceano de solidão que submerge as personagens do pintor, estejam elas num quarto de hotel (*Hotel Room*, 1931), dentro de um comboio (*Compartment C*, 1938), ao sol (*Morning Sun*, 1952), ou perante uma máquina de costura (*Girl at Sewing Machine*, 1921). Não existe nada de aprazível. Apenas uma relação com as janelas que as expõe à indiscrição, mas também as protege do exterior.

Do desejo à realidade

Há no imaginário visual de Edward Hopper um sentimento de interioridade que cria um território mental de contemplação. Cada quadro parece ser a atomização de uma imagem pertencente a uma realidade mais vasta. De onde vêm e para onde vão aquelas pessoas? O que terá acontecido nas

suas vidas? O que pensam ou recordam? Terão alguma vez amado? Serão amadas? Nunca o saberemos.

Mas a solidão possui muitos patamares, podendo ser também detectada em estilos de vida que parecem uma celebração. Andy Warhol (1928-1987), por exemplo. Sempre rodeado de gente, o seu trabalho era paradoxalmente um comentário eloquente sobre o isolamento e os problemas relacionais, questões com as quais se debateu ao longo da vida e que foi expondo, às vezes de forma assumida, outras nem por isso.

De alguma forma, é como se a arte de Warhol, e a sua atitude perante a vida, que muitos consideram ser a sua verdadeira obra de arte, estivessem sempre a medir o espaço entre as pessoas, questionando a proximidade e a distância, a intimidade e a estranheza. Como muitos outros solitários, era um acumulador inveterado, cercandose de objectos, raramente saindo de casa sem um arsenal de câmaras e gravadores, usando-os para intermediar e temperar as interações. No fim de contas, antevendo a nossa relação de dependência com a tecnologia, com destaque para os telemóveis, omnipresentes. Na era da conectividade, tanto aproximam como servem para afastar e dissimular a solidão.

Ele foi o arauto da nossa era, nessa fixação arrebatadora e narcísica com telefones e computadores. O escritor e seu amigo Truman Capote dizia que Warhol padecia de timidez dolorosa, sendo o acto de filmar, gravar ou fotografar as pessoas à sua volta uma forma de chegar a elas sem perigo, uma estratégia que o mantinha sempre a salvo da rejeição ou dos eventuais outros riscos que se corre quando se deseja sofregamente a intimidade.

O problema dos desejos, afirma assiduamente em entrevistas, com alguma ironia, o fotógrafo americano Gregory Crewdson, é que eles podem cumprir-se. E às vezes, depois de satisfeitos, criam apenas vazio e mal-estar. Na maior parte das suas fotografias de grande escala damos conta desse contraste, entre a ideia expressa – a perfeição e a tranquilidade do lar – e o que é latente, as ameaças e paranóias que habitam no interior de cada um. Não é em parte isso que estamos a viver agora? Não haverá muita gente que sonhou ficar continuamente em casa e que agora se confronta com dificuldades relacionais que advêm de estar a viver algo sem precedentes?

Há anos que Crewdson, figura aclamada do circuito artístico nova-iorquino, associado à influente galeria Gagosian e com obras em inúmeras colecções privadas e públicas (do MoMA ao Metropolitan e ao Whitney Museum of American Art), trabalha a partir da matéria dos desejos e dos sonhos. A ênfase, como em Hopper, está na atmosfera, nos cenários, na

composição minuciosa da luz e talvez menos nos protagonistas e nos seus dramas. As suas personagens são figuras alienadas e isoladas, mas postas em situações de uma familiaridade terrífica.

É o lado oculto das sociedades contemporâneas que nos é devolvido, fazendo-nos penetrar no que é reprimido no mundo protegido de uma certa América, em particular. As cores são saturadas, a utilização da luz dramatizada, os detalhes acumulam-se, parecem estar lá para contar a sua própria narrativa. A paisagem, ostensivamente idílica, é utilizada como metáfora de neuroses e ansiedades. Olha-se para os seus trabalhos e pensa-se na visão deformada da América de David Lynch, na intensidade psicológica das personagens de Hitchcock ou em narrativas de escritores como Raymond Carver ou John Cheever.

Mas, para o próprio, a principal influência adveio de escutar as consultas do pai, psicanalista. Foi nesse contexto que se interessou pela transitoriedade das relações humanas e dos estados de espírito. Não admira que goste de fotografar ao crepúsculo, a hora adequada para fixar a fugacidade dos estados psicológicos. Quando o invisível se torna visível.

O seu trabalho fotográfico é muitas vezes comparado ao processo cinematográfico. Na série *Dream House* (2002) chegou a trabalhar com actores como Julianne Moore, Gwyneth Paltrow ou Philip Seymour Hoffman. Nas suas fotografias, os subúrbios americanos, lugares desejáveis, alvo de todas as fantasias, transformam-se na materialização alucinatória dos desejos mais banais. As suas personagens, enredadas na paisagem, descem às profundezas de si próprias e, ao entardecer, entre luzes, devaneios e transgressões, parecem libertar-se de qualquer censura, fazendo surgir o desconforme e o estranho, em imagens saturadas de cor.

As imagens de Crewdson são histórias condensadas em que o inexplicável irrompe na normalidade. Ou num novo tipo de normalidade, como aquela que estamos a experimentar agora, com qualquer coisa de familiar e de alienígena em simultâneo, como se nos tivessem obrigado a confrontarmos-nos com algo que era pouco visível e que no quadro actual se intensificou, tornando claro que somos solitários à procura uns dos outros toda a vida.

Grande parte da dor da solidão reside na sua ocultação. Escondemos vulnerabilidades e encobrimos feridas, quando afinal a solidão faz parte da experiência humana e é intrínseca ao estar vivo. A arte dá-nos a ver isso, tanto podendo, nesse movimento, inquietar como confortar.

vbelanciano@publico.pt

“Se for presa, não sei o que me pode acontecer na cadeia”

Ruth Monteiro No lugar onde está escondida por temer pela sua segurança, a ministra da Justiça da Guiné-Bissau afirma: “A prontidão do Ministério Público em servir poderes ínvios no país é algo que, infelizmente, estamos habituados a ver”

Entrevista António Rodrigues

Ministra da Justiça do Governo constitucional da Guiné-Bissau, aquele que foi afastado pelo autoproclamado Presidente, Umaro Sissoco Embaló, recorrendo aos militares, e que ainda tem o apoio da maioria dos deputados no Parlamento, Ruth Monteiro está impedida de sair do país por ordem do Ministério Público (MP), que na quarta-feira a inquiriu a propósito de uma viatura que ela não teria devolvido, quando foi afastada.

Apesar de ter apresentado provas de que entregou o carro ao seu verdadeiro proprietário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de o próprio MP ter reconhecido isso no seu despacho, a acusação não foi arquivada e a Ruth Monteiro foi aplicada a medida de coacção de termo de identidade e residência. E continuará sem poder sair do país.

“Tenho consciência que esta entrevista é muito perigosa para mim”, afirma a determinada altura, quando se refere aos “dossiers quentes” do tráfico de droga que teve entre mãos e às denúncias públicas contra dois delegados do MP, Mário Iala e Herculano Sá, que estariam “a proteger os traficantes de droga”. Os dois são bem vistos pelo poder de facto, o primeiro chegou a ser nomeado director da Polícia Judiciária, e o segundo é o coordenador da vara-crime e esteve presente, quarta-feira, na inquirição da ministra.

De que é que o MP a acusa?

Se bem entendi o despacho, não me acusam de nada, porque a questão tem que ver com uma denúncia feita pelo Ministério da Justiça, alegando que eu não terei devolvido um carro que estava a utilizar. O carro é do PNUD e estava ao serviço de um dos organismos dirigidos pelo Ministério da Justiça, o Gabinete de Informação e Consulta

Jurídica, que é um projecto apoiado por esse programa das Nações Unidas e eu entreguei-o ao PNUD, quando eles começaram a retirar os carros aos ministros e secretários de Estado. Devolvi o carro ao PNUD, porque eles retiravam os carros e não deixavam nenhum documento comprovativo de que tinham sido eles a levá-los. E o PNUD recebeu-o, porque lhe pertence. Durante a inquirição, ficou evidente que devolvi o carro, porque levei o documento do termo de entrega, que o PNUD assinou e carimbou. Então, o MP ficou sem matéria de prova para continuar com o processo. Também me acusaram de constar como beneficiária de viaturas que o Governo tinha importado para distribuir aos seus membros, mas fazer parte de uma lista de beneficiários não é crime, que eu saiba. Eles teriam de provar que eu recebi o carro, porque o ónus da prova é do MP. Uma vez que não podiam fazer nenhuma prova nesse sentido, essa acusação foi posta de lado e no último despacho, em que me é aplicada a medida de coacção, diz apenas que o carro pertencia ao PNUD e que lhe foi devolvido como legítimo proprietário, de modo a proteger um bem que me tinha sido entregue no exercício das minhas funções. É o próprio MP que faz a declaração, mas não tira daí as consequências e não arquiva o processo e decide aplicar uma medida de coacção com o fundamento de que sendo eu também portuguesa poderia fugir. Isto, numa altura em que as fronteiras até já estão fechadas. **Acha que este processo vai além da questão da viatura?**

Claro que sim, porque o Ministério da Justiça sempre soube que o carro era do PNUD e não desconheciam a falsidade da acusação. Na quarta-feira à noite e na quinta de manhã, enviaram-me dois registos áudio de um dos blogues muito lidos aqui na Guiné – e as pessoas que estão no exterior lêem os

blogues porque é a forma de terem notícias do que se passa no país –, em que continuam a dizer que roubei o carro e se mostram frustrados por eu não ter sido detida. Desafiam o MP a decretar a minha prisão preventiva e o procurador-geral da República a demitir-se, caso não consiga efectivar essa prisão preventiva; desafiam os militares a calar-me, porque eu disse que o poder foi assumido porque os militares invadiram as instituições e retiraram de lá os membros do Governo saído das eleições e colocaram estes a exercer o poder de facto. Consideram as minhas afirmações uma afronta e exigem a minha prisão. Inclusive, acham que devem ser detidas as pessoas que me acompanharam e que pertencem à comunidade internacional. Falam que as decisões do MP foram tomadas seguindo ordens que vêm de fora. O que mais me preocupa é que ao aticarem esse ódio, essa raiva, podem aparecer voluntários cá fora, quer militares, quer militantes do partido que suportou o candidato presidencial que assumiu o poder pela força [Madem-G15], a retaliarem contra mim. O grave destes vídeos é que não foram feitos por um espontâneo, são de uma entrevista feita a um alto dirigente do Madem-G15. Percebe-se por aí que não é a verdade que procuram, porque continuam a insistir que tenho de prestar contas e que devo ser presa para se investigar. O objectivo é privarem-me totalmente da liberdade. Já me privaram de sair do país, a minha liberdade de circulação foi posta em causa; neste momento, é a minha integridade física, a minha liberdade enquanto beneficiária de protecção legal que está em causa. Só pode haver alguma coisa por trás e que está a tentar ser camuflada com um processo judicial.

É perseguição política do Governo de facto?



“**É a minha integridade física que está em causa. Só pode haver alguma coisa por trás e que está a tentar ser camuflada com um processo judicial. Quando se ignora a falsidade das acusações, o móbil só pode ser a perseguição política. Não há outra razão para que exista esse processo, para que eu seja impedida de viajar**”

Eles não ignoram a verdade, não ignoram que o carro pertence ao PNUD e que lhe foi entregue – eles foram à minha casa para levá-lo, mas, quando viram a matrícula de importação temporária e que pertencia a um projecto da ONU, foram-se embora. Quando se ignora a falsidade das acusações, o móbil só pode ser a perseguição política. Não há outra razão para que exista esse processo, para que eu seja impedida de viajar. O MP é dirigido por um procurador-geral da República que é juiz-conselheiro e que assina e subscreve e, provavelmente, fez parte dos relatores do acórdão do Tribunal Constitucional que estabeleceu que medidas de coacção privativas da liberdade, que ofendem os direitos fundamentais, não podem ser decretadas pelo MP. O mesmo MP que enviou um despacho ao Ministério do Interior dizendo “esta senhora não pode viajar” e eu não viajei. Inicialmente, quando me impediram de viajar, mostraram uma lista que vinha apenas do Ministério do Interior, quando questionados sobre a legalidade dessa lista, sem nenhum fundamento para impedir um cidadão de viajar, apareceu um despacho do MP a dar cobertura a essa ordem. O objectivo é muito claro: “Ela não pode sair do país e, se não tivermos como, vamos inventar processos.”

**Ruth Monteiro,
ministra da
Justiça, e
Aristides
Gomes,
primeiro-
ministro do
Governo
constitucional**

FOTOS: DR



Não há mais nenhuma diligência do MP marcada em relação ao seu processo. Isso quer dizer que podem manter o seu impedimento de sair indefinidamente?

O termo de identidade e residência não me impede de sair, obriga-me apenas a comunicar ao MP onde é que vou estar e quem é que poderá receber alguma comunicação, se tiver de me ausentar da minha residência mais de cinco dias consecutivos. Mas o termo de identidade e residência e este processo podem nunca ser arquivados, isto não é nada de novo. Temos outros dirigentes deste país a quem sucedeu o mesmo. No passado, o MP tem sido sempre utilizado para perseguir os cidadãos. Tivemos uma situação do género com a dra. Odete Semedo, quando foi directora do presidente interino Raimundo Pereira, em que houve tentativas de perseguição, de humilhação, etc. Levou com um processo por desvio de dinheiros da Presidência e nunca perguntaram ao Presidente se o dinheiro tinha sido desviado ou não. Esta prontidão do MP em servir poderes ínvios no país é algo que, infelizmente, estamos habituados a ver: chegou a minha vez. Tenho acompanhado isso em relação a vários outros, na minha qualidade de advogada, e dei o exemplo da

dra. Odete Semedo, mas há muitos outros, que têm medidas de coacção, têm acusações provisórias e definitivas e nunca têm oportunidade de ir a julgamento e provar a sua inocência. Eu tenho a vantagem de que o próprio MP já disse no seu despacho que o carro não é do Governo e que está na posse do seu dono, mas mesmo assim não tirou as consequências devidas.

Na semana passada lançou um pedido de socorro pela Internet. Continua a achar que a sua vida corre perigo?

Esse pedido de socorro não foi lançado por mim, estava a preparar um texto que, depois, não sei como, foi parar às redes sociais. Eu não enviei esse apelo, mas enviei outro, porque achava que estava a correr riscos, tenho tido informações de pessoas ligadas à área da segurança que me dizem que corro risco de vida. Eles têm espancado a população por uma questão de restrições de circulação, os polícias estão a espancar as pessoas diariamente. O que acontece é que, se eu for vista na rua, podem decidir espancar-me e eu não sei se sobrevivo a esse espancamento. Se for presa preventivamente, não sei o que me pode acontecer dentro da cadeia. Conheço a fragilidade do indivíduo dentro do sistema quando tem o poder público contra

Há cinco pessoas numa lista de perseguidos, com o primeiro-ministro à cabeça. Tem passado muito despercebido o facto de que ele, até há mais tempo do que eu, teve de se refugiar

Não há nenhuma medida séria para proteger a população. O número de infectados que aparecem são os números que eles não conseguem esconder

ele. Na quarta-feira, pensava que a pressão sobre a minha segurança tinha diminuído, estava a pensar regressar a minha casa e veio um vídeo de dirigentes do partido político que suporta o poder a dizer: “Temos de prender, sim.” E acrescentar: “Vamos prender também as pessoas da comunidade internacional que estejam do lado dela.” Essa é uma alusão directa à chefe de secção dos Direitos Humanos da ONU que me tem acompanhado nesta situação, porque a intervenção dela não é já do agrado do poder instituído. Estar acompanhada por alguém da Comissão de Direitos Humanos da ONU, um observador credível, não lhes convém, porque isso inibe qualquer tentativa de uso da força ou da violência contra mim.

Onde é que está neste momento?

Não posso dizer, mas não estou em minha casa.

Este processo contra si está relacionado com o facto de saber muito sobre o tráfico de droga na Guiné-Bissau?

Realmente, não consigo encontrar outra razão. Não entendo porque, de todos os elementos do Governo, eu fui escolhida para este tipo de perseguição. Há cinco pessoas que estão incluídas numa lista de perseguidos politicamente e que tem o primeiro-ministro [Aristides Gomes] à cabeça. Tem passado muito despercebido o facto de que ele, até há mais tempo do que eu, teve de se refugiar. As notícias que temos em relação a ele são até mais graves do que as que temos em relação a mim, porque, provavelmente, poderia fazer mais sombra e teria acções mais efectivas e com melhores resultados do que eu. A verdade é que não me considero com tanta importância dentro do Governo para ser objecto desta medida que não é aplicada aos colegas. A única explicação que encontro é aquela que me é dada pelas pessoas que estão a monitorar a minha segurança: tive dossiers quentes nas mãos, fizemos uma grande apreensão de droga enquanto ministra da Justiça, fizemos a denúncia de dois delegados do Ministério Público que estavam a proteger os traficantes naquelas operações que resultaram na apreensão de quase duas toneladas de droga, uma

denúncia que me vi obrigada a fazer, porque, caso contrário, não teríamos chegado ao julgamento. Tenho consciência que esta entrevista é muito perigosa para mim, estar a dizer tudo isto, mas está dito, está dito.

Falou na lista com cinco pessoas. Além de si e do primeiro-ministro, Aristides Gomes, quem são os outros?

Em primeiro lugar está o primeiro-ministro, depois o ministro da Economia e Finanças [Geraldo Martins], a seguir eu e os secretários de Estado do Orçamento [José Djô] e do Tesouro [Suleimane Sidi]. Estas são as pessoas que, segundo informações credíveis, não podem sair do país.

Aqueles que assumiram o governo de facto estão a aproveitar a pandemia para consolidar o poder?

Absolutamente, eles fecharam a fronteira antes que houvesse um único caso de covid-19 na Guiné. Aparece o ministro do Interior [Botche Candé] a dizer aos polícias que, se alguém desafiar as ordens, podem bater: “Não há mãe, não há pai, não há família, batam em quem violar as ordens.” Das 7h às 11h as pessoas podem circular livremente, aglomerarem-se onde quiserem, juntarem-se todos nos funerais, nos toca-choros [velórios] e no mercado. A partir das 11h, há recolher obrigatório e se uma pessoa vai a caminho do hospital para levar alimentos a um doente, porque aqui o hospital não fornece comida, é espancado e há vídeos. Mas o polícia que espanca não tem luvas nem máscara, pode infectar e ser infectado. Não há táxis, não há ambulâncias, não há toca-tocas [tuk tuks] que permitam às pessoas irem para o hospital. E, mesmo as pessoas que têm carro, se não tiverem livre-trânsito, vão ser espancados na rua e o carro vai ser confiscado ou, então, têm de pagar muito dinheiro para voltar com o carro para casa. Não há nenhuma medida séria para proteger a população. O número dos infectados que aparecem são os números que eles não conseguem esconder, ninguém sabe a real situação do contágio na Guiné-Bissau.



Entre o sensacionalismo e a verdade dos factos, escolhemos o segundo. E por isso chegámos a primeiro.

No **Público**, sabemos que a mais microscópica das coisas pode mudar tudo. Uma vírgula fora do lugar, um número errado, um vírus.

Os vírus podem causar pandemias, do mesmo modo que *fake news* podem contaminar uma sociedade.

No contexto da pandemia, o **Público** foi o primeiro jornal a abrir a sua *paywall* porque os portugueses queriam saber o que estava a acontecer, o que tinham de fazer e como iremos sair disto.

Abrimos os nossos conteúdos *online* sobre a pandemia, para manter os portugueses informados e seguros - a informação isenta e credível protege-nos a todos. E os portugueses vieram.

Vieram porque perceberam que a informação credível é um bem fundamental de todos, que não sobrevive sem o apoio de cada um.



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro,
1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal
Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135
FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro - Tel.
23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org



A VIDÓR HÁ MAIS DE 70 ANOS QUE CONTRIBUI ATIVAMENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO BARREIRO

VAMOS CONSTRUIR NO BARREIRO HABITAÇÃO COM QUALIDADE + UM HOTEL E UM HOSPITAL PARA SERVIREM A CIDADE

TEMOS TAMBÉM A VONTADE DE AJUDAR O F. C. BARREIRENSE, COMO SEMPRE FIZEMOS COMO EMPRESA E NA PESSOA DO NOSSO ACIONISTA E ILUSTRE BARREIRENSE VICTOR DUARTE

PARABÊNS
F. C. BARREIRENSE

FUNDADO EM 11 DE ABRIL DE 1911



Receba as suas colecções em casa

A crise que vivemos obriga a que estejamos mais atentos do que nunca à nossa protecção e à de quem nos rodeia. Apesar de o PÚBLICO continuar a distribuir as suas colecções em banca, relembramos que poderá fazer as suas compras na loja *online*, recebendo os seus produtos favoritos em casa, sem correr riscos.

Tem questões? Contacte-nos para coleccoes@publico.pt ou para 808 200 095/210 111 020

LOJA P
loja.publico.pt

Sugestões para ler



Col. Os Portugueses
1€



30 anos
fotografia Público
19,95€



Blueberry
7,90€



BEE SWEET
Bleepure n.3 Multifloral
BIO 4,50€



TERRIUS Cogumelos
Shitake desidratados
6,50€



Vinho Cismeira
11,90€

Sugestões para ouvir



Col. Cantes
6,95€



Col. Morna
7,90€

Sugestões para ver



Colecção
Grande Arte
no Cinema
9,90€

DESPORTO

“Não saio de casa há semanas. Nem para ir ao supermercado”

João Pedro Galvão Um dos melhores goleadores da Série A nesta época, o avançado fala ao PÚBLICO da nova rotina, do amor a Cagliari, de Ronaldo e Bruno Alves e da passagem por Portugal

Entrevista
Marco Vaza

Depois do almoço e antes do filme da tarde, João Pedro Galvão atende o telefone à hora combinada. Quando acabar a conversa com o PÚBLICO, o avançado brasileiro do Cagliari irá juntar-se ao filho de quatro anos e à sua companheira, com pipocas e manta, para ver o *Homem-Aranha*, versão de animação. Esta foi uma das novas rotinas que João Pedro adquiriu com o confinamento domiciliário devido à pandemia da covid-19, mesmo estando numa cidade e numa zona (ilha da Sardenha) que tem sido relativamente poupada em comparação com o que tem acontecido em muitas zonas de Itália. Mas é a principal arma para lidar com esta “situação absurda” que lhe interrompeu carreira quando estava no melhor momento – quarto melhor marcador da Série A italiana, com 16 golos, e mais um marcado na Taça de Itália. As novas rotinas ocupam boa parte da conversa com este mineiro de Ipatinga, mas não só. João Pedro Galvão também fala dos tempos em que passou pelo futebol português (V. Guimarães e Estoril), da honra de ser referido na mesma frase que o “extraordinário” Cristiano Ronaldo, da grande amizade com Bruno Alves e do amor pela cidade que o acolhe desde 2014.

Como é que têm sido estes dias sem sair de casa?
É uma situação absurda, nova para todo o mundo, grave. O único jeito de a gente vencer é ficar em casa. A gente não sai de casa para nada, nem para ir ao supermercado, compramos tudo *online* e eles entregam em casa. É estranho, mas tem tudo corrido bem. Falei com a minha esposa: ‘Ficamos em casa e vamos curtir os nossos filhos.’ O nosso pensamento é esse, ser

lógico no meio de uma situação absurda. Principalmente do jeito que está sendo aqui em Itália, sentimos um pouco de medo receio do que vem aí. Estamos há cinco semanas trancados, mas o pior é não saber o que vai acontecer amanhã.

E a cidade, Cagliari, tem sido muito afectada?
Por sorte, não. Estamos numa ilha, na Sardenha, estamos separados do continente, que sofreu mais. Mas houve muitos que trabalhavam no Norte e que voltaram para casa, e isso agravou um pouco a situação. Mas a mortalidade aqui foi pouca, menos pesada do que no Norte. Aqui as pessoas estão a cumprir, mas há alguns serviços que vão funcionando. Aqui, em Cagliari, a população entendeu bem a gravidade da situação.

Como é o seu dia-a-dia dentro de casa?
Tentámos criar uma rotina, por mais difícil que seja. Temos um filho de quatro anos, uma filha de 11 meses, e não é fácil. Tenho a sorte de ter um jardim e dá para sair e brincar com o meu filho mais velho. Sempre depois do almoço, é a hora de cinema, coloco um filme para ele assistir, tentar disfarçar a situação. Ele ainda é pequeno e não entende a situação, mas está sempre a perguntar quando é que vai para a escola, ver os amigos dele. Eu acordo mais cedo, treino, quando acabo, ele acorda, brinco com ele, almoçamos, vemos um filme, treino de novo, brincamos outra vez. Depois, o momento de relaxar antes de dormir.

Que filme vão ver agora?
Ele quer assistir a um filme do Homem-Aranha, de desenho animado, que ele já está me cobrando há muito tempo. Tento sempre arranjar alguma coisa nova para ele, noutra dia foi o *Hércules*... É ele que escolhe. E está dando certo. Eu e a minha esposa conseguimos descansar um



“**Evito sair, ir ao supermercado, onde há sempre gente que quer tirar fotos. Essa tem de ser a atitude, evitar o contacto ao máximo, por mais difícil que seja**”

pouquinho. É mesmo para relaxar, pipocas, debaixo da coberta.

E a si custa-lhe estar tanto tempo fechado em casa?
É difícil, é como se fosse uma vida nova. Foi da noite para o dia. Ninguém esperava que fosse assim tão grave. É o que eu tento explicar aos meus amigos e familiares no Brasil, para quem acha que é uma coisa simples. Evito sair, ir ao supermercado, onde há sempre gente que quer tirar fotos. Essa tem de ser a atitude, evitar o contacto ao máximo, por mais difícil que seja. Imagino que para muitas pessoas seja difícil, para quem tem de ir trabalhar para sustentar a família, mas, infelizmente, a situação é esta. Temos de ter paciência e temos de mostrar a nossa força.

Está com saudades do futebol?
Bastantes. Nas férias, tento

desligar-me ao máximo, mas neste momento, pela forma como estava a ser a época, extraordinária, é um pecado que tenha parado desta forma. Ficou um gostinho de “quero mais”. Não vejo a hora de voltar, de treinar, de poder voltar a jogar, porque fizemos muitas coisas este ano e ainda tínhamos 13 rodadas para fazer mais.

Esta estava a ser a melhor época da sua carreira...
Com certeza! São números importantíssimos, 16 golos em 25 jogos num campeonato *top* da Europa – e em Itália, o campeonato é muito forte defensivamente. Sempre corri atrás disso, preparei-me muito. A temporada vai voltar, não sei quando, e ainda há muita coisa em jogo. Agora é esperar e continuar a preparar-me e tentar manter esta média.



MASSIMO PINCA/REUTERS

Durante muito tempo estive à frente de Cristiano Ronaldo na lista dos melhores marcadores... Foi estranho até para mim... Não foi da noite para o dia, mas lá estava eu nos *tops* do campeonato e, estando na frente dele, ficava ainda com mais vontade de continuar a marcar. Ele é um dos melhores da história e poder jogar contra ele é especial. É um jogador extraordinário e só ter o meu nome na mesma frase que o dele já é uma honra.

Mas o Cristiano parece marcar menos golos em Itália do que em Espanha... Não é demérito dele, continua a ser o mesmo fenómeno de sempre. É pelas características do futebol italiano, mais defensivo que em outros países. O último italiano melhor jogador do mundo foi um defesa, o Cannavaro. Isso ilustra

bem o que é o campeonato italiano.

O João fez parte de uma geração do futebol brasileiro cheia de craques, o Neymar, o Coutinho, o Alisson. Fale-nos desses tempos. Eu, o Neymar, o Philippe, o Casemiro, estivemos juntos praticamente dos 14 aos 20 anos em todas as convocações. Foi legal, acho que dos últimos anos a nossa geração foi a mais forte. Vemos hoje ex-companheiros que se tornaram os maiores jogadores do mundo. Foi incrível, dá vontade de chegar lá também.

Teve duas passagens pelo futebol português: no Vitória, que não correu bem, e no Estoril, que lhe reabriu as portas de Itália. Tenho um carinho muito grande por Portugal, já fui aí várias vezes desde que estou em Itália. No Vitória, era muito jovem, estava sozinho e foi muito complicado. Mas foi importante para eu, um menino, me transformar num homem. Continuo a ter um carinho muito grande pelo Vitória, onde aprendi muito. No Estoril, foi tudo diferente. Tinha outra bagagem. Tinha jogado a Libertadores com o Peñarol, tinha jogado no Santos, e a equipa tinha estado muito bem na época anterior, qualificada para a Europa. Fizemos uma época que ninguém esperava, melhorámos uma época que já tinha sido incrível.

Melhor época da história do Estoril... Foi incrível. Tinha uma equipa muito boa. O Marco Silva foi um dos melhores treinadores que tive, aprendi muito com ele. Fico muito feliz pela trajectória que ele teve depois. Foi muito legal, tenho saudades, fiz muitas amizades. O Estoril vai ficar no meu coração.

Quais são as memórias mais marcantes desse tempo? Tive muitas emoções. Ganhámos ao FC Porto e ao Sporting fora. As outras equipas tinham medo de jogar contra nós. O meu primeiro jogo, tinha acabado de chegar, estava na reserva, na pré-época, com o Belenenses. Tinha brincado com os meninos que ia fazer dois golos, ninguém acreditou, todo o mundo deu risada. Mas fiz dois golos e ganhei um jantar de graça

deles. O mais legal foi que conseguimos criar um bom ambiente.

E daí voltou a dar o salto para Itália... Era esse o meu objectivo, voltar a Itália. Saí pela porta da frente. Foi a escolha certa. A identidade bateu logo de primeira, já faço parte da história da equipa, sou o quinto melhor artilheiro da história do Cagliari.

Numa das épocas no Cagliari, teve o Bruno Alves como colega. Dava-se bem com ele? Um grande amigo! Estamos sempre em contacto. Sempre que jogamos um contra o outro, trocamos sempre de camisa. Ficou uma amizade muito grande. O Bruno é um jogador de altíssimo nível. É um cara trabalhador, mas trabalhador com vontade de aprender sempre, todos os dias. Sempre trocámos muitas figurinhas! Ele é um exemplo. Já é um veterano, mas fisicamente é superior a todos. Continua como se fosse ainda um moleque, é incrível!

É difícil de o enfrentar... É muito ruim! Não gosto de ficar do lado dele, ele é muito chato, porque me conhece!

Em 2018, teve de cumprir uma suspensão por doping. Como foi enfrentar essa situação? Foi complicado. Não tive intenção, nem foi com má-fé. Tive de provar tudo em tribunal. Psicologicamente, foi muito duro. Procurei um médico no Brasil para fazer uma assistência a uma patologia na tiróide. Ele passou-me os medicamentos e um deles estava contaminado. Foram dois positivos seguidos com uma quantidade muito pequena – para ter um efeito, precisava de mais dual mil doses. Foi duro. Foi uma porrada. Os primeiros três meses foram um choque, não sabia o que fazer, onde me apoiar. Agradeço muito a Cagliari, o clube, a cidade. Havia senhoras de 60 anos, crianças, que vinham ter comigo e diziam que acreditavam em mim. Por isso fiquei muito ligado à cidade, que quis partilhar a dor comigo, isso não tem preço. Mas é uma ferida que não vai cicatrizar.

Vocês lançaram uma campanha de angariação de fundos. Como é que isso está a correr? Está a correr muito bem.

“

No meu primeiro jogo, tinha acabado de chegar, estava na reserva, na pré-época, com o Belenenses. Tinha brincado com os meninos que ia fazer dois golos e ninguém acreditou, todo o mundo deu risada. Mas fiz mesmo dois golos e ganhei um jantar

Comprámos dois aparelhos respiratórios para o hospital de Cagliari e lançámos essa campanha para ajudar de qualquer jeito. É uma obrigação do clube e dos jogadores. Foi tudo feito de coração.

No ano passado, surgiram notícias do interesse do Benfica. Havia alguma verdade nisto? Era só rumor. Não nos chegou nada. Coincidiu com um período em que estava de férias em Portugal. Não tinha nada de verdade.

Mas gostava de voltar a jogar em Portugal? A gente nunca sabe como é o futebol. Pode mudar tudo. É lógico que Benfica, FC Porto e Sporting são clubes de grandeza enorme na Europa. Gosto muito de Portugal, a minha esposa também. Nunca rejeitaria uma situação dessas.

E a selecção brasileira? Seria incrível! A nível de números, estamos lá. Mas a selecção não é só o momento, é uma continuidade. Ficaria muito feliz. Quem já vestiu aquela camisola, independentemente da idade, sabe como é gostoso. Este é um começo para eu chegar lá na frente.

mvaza@publico.pt

PUBLICIDADE



Condicionamento de Trânsito

Eixo Norte / Sul (IP7)

Trabalhos de reparação do guarda-corpos e da junta de dilatação no Viaduto de Campolide

A Infraestruturas de Portugal informa que na próxima terça-feira, **dia 14 de abril**, irá dar início aos trabalhos de reparação do guarda-corpos e da junta de dilatação no Viaduto de Campolide do Eixo Norte / Sul (IP7).

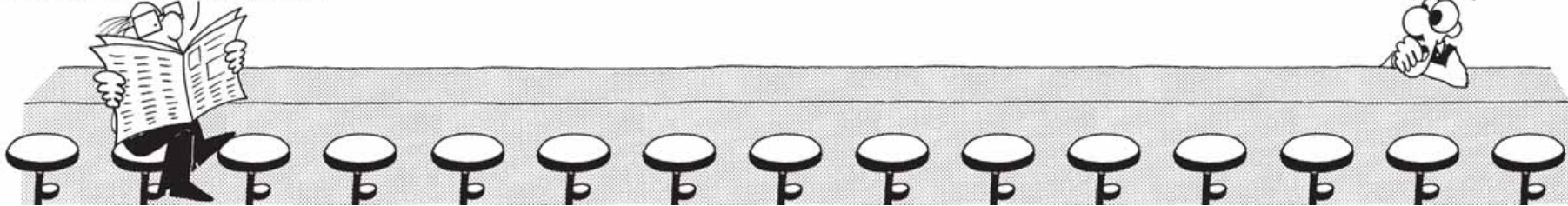
Para a execução desta intervenção, será necessário proceder ao condicionamento do trânsito com o corte da via direita entre os quilómetros 9,4 e 9,6 do Eixo Norte / Sul, no sentido Sul / Norte. Assim, à passagem junto ao local dos trabalhos, e numa extensão de 200 metros, a circulação efetua-se através das vias central e esquerda.

O trânsito estará condicionado entre as **22H00 do dia 14 de abril (terça-feira) e as 23H00 do dia 16 de abril (quinta-feira)**.

Agradecemos a compreensão dos utentes pelos transtornos causados no decorrer dos trabalhos.

BARTOON LUÍS AFONSO

HÁ MODELOS MATEMÁTICOS QUE INDICAM QUE O PICO DA EPIDEMIA JÁ FOI ATINGIDO EM PORTUGAL E HÁ MODELOS MATEMÁTICOS QUE INDICAM QUE TAL NÃO ACONTECEU.



OH, A MATEMÁTICA, ESSA CIÊNCIA TÃO SUBJECTIVA...

AESQUINADOMUNDO

Cuidado com os sabichões



Vicente Jorge Silva

Quanto mais o tempo passa e perduram as incertezas ou as contradições sobre a evolução da pandemia da covid-19, maior é a tentação de encontrar receitas mágicas para ultrapassar os efeitos desta crise sem precedentes – ou que nos remete para a Grande Depressão dos anos 30 do século passado ou da “gripe espanhola” dos tempos da primeira Grande Guerra. Percebe-se que os níveis inéditos de ansiedade e preocupação de encontrar saídas para o labirinto onde estamos confinados suscitem as mais variadas intervenções, divagações, propostas e palpites por parte de uma multidão de comentadores que vem engrossando todos os dias nos canais de TV e nos jornais (muitos deles pronunciando-se, de forma muitas vezes definitiva, sobre assuntos de que não são especialistas mas apenas aprendizes de oráculos).

Ora, esta tendência que ameaça

crescer para além do que seria minimamente razoável acaba por influenciar também o discurso político, levando os responsáveis governamentais e partidários – senão o próprio Presidente da República – a formular propostas de sentido difuso e aparentemente antagónico sobre as medidas a adoptar para responder às crises sanitária e socioeconómica, arriscando criar com isso um clima de ainda maior desorientação entre uma população já naturalmente desorientada.

Assim, enquanto se avançam datas possíveis para o fim do estado de emergência – que não parecem ser exactamente as mesmas para o Governo e para o Presidente – assistem-se a sinais contraditórios relativamente à evolução da covid-19, entre o relativo optimismo que pressupõe o reatamento das aulas dos anos finais do secundário e o pessimismo manifestado pelo primeiro-ministro sobre a hipótese quase certa de uma segunda vaga da pandemia. Aliás, esta segunda vaga de que sabemos ainda muito pouco – como aconteceu, aliás, com a primeira vaga do coronavírus – está a suscitar uma onda suplementar de



NELSON GARRIDO

preocupações um pouco por todo o mundo, incluindo países que supostamente já teriam ultrapassado o problema e parecem vê-lo regressar, como é o caso da China.

Dito isto, nada pior do que alimentar expectativas irrealistas com base na necessidade urgente da recuperação económica, como fazem alguns dos nossos sabichões e aprendizes de oráculos ao compararem o carácter relativamente benigno – é-o, sem dúvida – da situação portuguesa

com a de países como a Itália e a Espanha. Sim, é verdade que quanto mais tarde regressarmos à normalidade, pior será para a economia (pelo menos, para esta economia que temos). Mas pior ainda do que isso será criar falsas ilusões que poderão ter consequências gravíssimas a nível sanitário – e também económico.

É certo que é mais fácil aceitar o confinamento do que sair dele. Por outro lado, para uma maioria de portugueses as condições desse confinamento são muito

insatisfatórias e até deploráveis – devido à exiguidade e estado precário das habitações e ao número de familiares que nelas se aglomeram –, provocando situações de stress e violência potencial (ou efectiva). Mas perante o cenário de uma segunda vaga da pandemia resta saber o que será pior: prolongar o estado de confinamento actual, ou correr o risco de expor os cidadãos a um surto de infecção cuja amplitude ninguém é capaz de prever.

O que esta crise global nos tem ensinado é que continuamos a saber muito pouco sobre a sua natureza até à descoberta de uma vacina eficaz contra o SARS-CoV2 (o que só deverá acontecer daqui por um ano). Significa isto que, entretanto, teremos de nos submeter à paralisia e à impotência? De modo nenhum. O inconformismo e a busca persistente de soluções devem fazer parte da nossa agenda diária, mas não esquecendo o sábio conselho de que mais vale prevenir do que remediar – sobretudo aquilo que pode não ter remédio. Daí a oportunidade de outro conselho: cuidado com os sabichões.

Jornalista

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 9 10 28 43 44 6 1.º Prémio 1.700.000€

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | 6633743A-C640-4A0A-B1E6-23FE7E66D969: Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeacom, SGPS, S.A. Imprensa Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, n.º 50- Morelena - 2715-029 Pêro Pinheiro Telef.: 219677450 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Março 26.671 exemplares Membro da APCT

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos



ESCOLHA OS FACTOS. APOIE O PÚBLICO

Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no link que aparece

OU CONTACTE-NOS
publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)

A verdade faz-nos mais fortes

P